

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.
(Sociedade Unipessoal)

Contas Anuais a 31 de dezembro de 2017
e Relatório de Gestão do exercício 2017

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.
(Sociedade Unipessoal)

Índice Geral

- ☐ Balanços a 31 de dezembro de 2017 e de 2016
- ☐ Contas de Perdas e Ganhos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
- ☐ Demonstração de Rendimentos e Gastos reconhecidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
- ☐ Demonstrações Totais de Variações no Património Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
- ☐ Demonstrações de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
- ☐ Relatório

(1)	Natureza e atividades	10
(2)	Critérios Aplicados	11
(3)	Distribuição de Resultados	12
(4)	Princípios Contabilísticos e Normas de Avaliação Aplicados	13
(5)	Caixa e depósitos em Bancos Centrais	18
(6)	Investimentos de crédito	19
(7)	Ativos não correntes detidos para venda	24
(8)	Ativo Corpóreo	25
(9)	Ativo Incorpóreo	26
(10)	Ativos e Passivos Fiscais	27
(11)	Restantes ativos e passivos	27
(12)	Passivos financeiros a custo amortizado	28
(13)	Provisões	30
(14)	Fundos Próprios	30
(15)	Riscos e compromissos contingentes	32

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.
(Sociedade Unipessoal)

Índice Geral

(16)	Outros elementos extrapatrimoniais	32
(17)	Informações sobre o período médio de pagamento a fornecedores. Disposição adicional terceira. “Dever de informação” da Lei n.º 15/2010, de 5 de julho. Error! Bookmark not defined.	
(18)	Juros e Encargos/Rendimentos Assimilados	33
(19)	Comissões recebidas	33
(20)	Comissões Pagas	33
(21)	Diferenças Cambiais	34
(22)	Outros produtos de exploração	34
(23)	Gastos de pessoal	34
(24)	Outros gastos gerais administrativos	36
(25)	Operações e Saldos com Partes Vinculadas	36
(26)	Informação relativa ao Conselho de Administração e à Alta Direção	37
(27)	Informação sobre o Ambiente	38
(28)	Serviço de Atendimento ao Cliente	39
(29)	Honorários de Auditoria	39
(30)	Situação Fiscal	39
(31)	Políticas e Gestão de Riscos	42
(32)	Acontecimentos Posteriores	62

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.
(Sociedade Unipessoal)

Balanços
a 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expressos em milhares de euros)

ATIVO	31.12.2017	31.12.2016
1. CAIXA E DEPÓSITOS EM BANCOS CENTRAIS (nota 5)	-	-
2. CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO	-	-
2.1. Depósitos em entidades de crédito	-	-
2.2. Crédito a clientes	-	-
2.3. Valores representativos de dívida	-	-
2.4. Instrumentos de capital	-	-
2.5. Instrumentos derivados de negociação	-	-
Pro memória: emprestados ou como garantia	-	-
3. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR COM ALTERAÇÕES EM GANHOS E PERDAS	-	-
3.1. Depósitos em entidades de crédito	-	-
3.2. Crédito a clientes	-	-
3.3. Valores representativos de dívida	-	-
3.4. Instrumentos de capital	-	-
Pro memória: emprestados ou como garantia	-	-
4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	-
4.1. Valores representativos de dívida	-	-
4.2. Instrumentos de capital	-	-
Pro memória: emprestados ou como garantia	-	-
5. INVESTIMENTOS DE CRÉDITO (nota 6)	225.100	201.862
5.1. Depósitos em entidades de crédito	586	532
5.2. Crédito a clientes	224.514	201.330
5.3. Valores representativos de dívida	-	-
Pro memória: emprestados ou como garantia	-	-
6. CARTEIRA DE INVESTIMENTO A PRAZO	-	-
Pro memória: emprestados ou como garantia	-	-
7. AJUSTES EM ATIVOS FINANCEIROS POR MACROCOBERTURAS	-	-
8. INSTRUMENTOS DERIVADOS DE COBERTURA	-	-
9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (nota 7)	-	83
10. PARTICIPAÇÕES	-	-
10.1. Entidades associadas	-	-
10.2. Entidades multigrupo	-	-
10.3. Entidades do grupo	-	-
11. CONTRATOS DE SEGUROS VINCULADOS A PENSÕES	-	-
13. ATIVO CORPÓREO (nota 8)	104	130
13.1. Imobilizações Corpóreas	104	130
13.1.1. De uso próprio	104	130
13.1.2. Cedido em locação operacional	-	-
13.1.3. Afeto à Obra Social	-	-
13.2. Investimentos imobiliários	-	-
Pro memória: adquirido em locação financeira	-	-
14. ATIVO INCORPÓREO (nota 9)	3	4
14.1. <i>Goodwill</i>	-	-
14.2. Outro ativo incorpóreo	3	4
15. ATIVOS FISCAIS (nota 10)	2.501	1.639
15.1. Correntes	2.317	1.504
15.2. Diferidos	184	135
16. RESTANTES ATIVOS (Nota 11)	288	590
TOTAL ATIVO	227.996	204.308

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2017.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.
(Sociedade Unipessoal)

Balanços
a 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expressos em milhares de euros)

PASSIVO	31.12.2017	31.12.2016
1. CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO	-	-
1.1. Depósitos de bancos centrais	-	-
1.2. Depósitos de entidades de crédito	-	-
1.3. Depósitos de clientes	-	-
1.4. Débitos representados por valores negociáveis	-	-
1.5. Instrumentos derivados de negociação	-	-
1.6. Outros passivos financeiros	-	-
2. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR COM ALTERAÇÕES EM GANHOS E PERDAS	-	-
2.1. Depósitos de bancos centrais	-	-
2.2. Depósitos de entidades de crédito	-	-
2.3. Depósitos de clientes	-	-
2.4. Débitos representados por valores negociáveis	-	-
2.5. Passivos subordinados	-	-
2.6. Outros passivos financeiros	-	-
3. PASSIVOS FINANCEIROS A CUSTO AMORTIZADO (nota 12)	207.052	184.923
3.1. Depósitos de bancos centrais	-	-
3.2. Depósitos de entidades de crédito	-	-
3.3. Depósitos de clientes	198.526	174.626
3.4. Débitos representados por valores negociáveis	-	-
3.5. Passivos subordinados	4.400	4.400
3.6. Outros passivos financeiros	4.126	5.897
4. AJUSTES EM PASSIVOS FINANCEIROS POR MACROCOBERTURAS	-	-
5. INSTRUMENTOS DERIVADOS DE COBERTURA	-	-
6. PASSIVOS ASSOCIADOS A ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	-	-
7. PROVISÕES (Nota 13)	137	307
7.1 Fundos para pensões e obrigações similares	-	-
7.2. Provisões para impostos e outras contingências legais	-	-
7.3. Provisões para riscos e compromissos contingentes	137	307
7.4. Outras provisões	-	-
8. PASSIVOS FISCAIS (nota 10)	636	256
8.1. Correntes	636	256
8.2. Diferidos	-	-
9. FUNDO DA OBRA SOCIAL	-	-
10. RESTANTES PASSIVOS (Nota 11)	444	418
11. CAPITAL REEMBOLSÁVEL À VISTA	-	-
TOTAL PASSIVO	208.269	185.904

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.
(Sociedade Unipessoal)

Balanços
a 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expressos em milhares de euros)

<u>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
1. FUNDOS PRÓPRIOS (nota 14)	19.727	18.404
1.1. Capital/Fundo de dotação	13.000	13.000
1.1.1. Subscrito	13.000	13.000
1.1.2. Menos: Capital não exigido	-	-
1.2. Prémio de emissão	-	-
1.3. Reservas	5.404	4.636
1.4. Outros instrumentos de capital	-	-
1.4.1. De instrumentos financeiros compostos	-	-
1.4.2. Quotas participativas e fundos associados	-	-
1.4.3. Restantes instrumentos de capital	-	-
1.5. Menos: Valores próprios	-	-
1.6. Resultados do exercício	1.323	768
1.7. Menos: Dividendos e remunerações	-	-
2. AJUSTES POR AVALIAÇÃO	-	-
2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
2.2. Coberturas de fluxos de caixa	-	-
2.3. Coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	-	-
2.4. Diferenças cambiais	-	-
2.5. Ativos não correntes detidos para venda	-	-
2.6. Restantes ajustes por avaliação	-	-
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO	19.727	18.404
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	227.996	204.308
PRO MEMORIA		
1. RISCOS CONTINGENTES (Nota 15)	6.086	13.655
2. COMPROMISSOS CONTINGENTES	-	-

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.
(Sociedade Unipessoal)

Contas de Ganhos e Perdas para os exercícios anuais terminados
a 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expressas em milhares de euros)

	31.12.2017	31.12.2016
CONTA DE GANHOS E PERDAS		
1. Juros e rendimentos assimilados (nota 18)	7.498	7.506
2. Juros e encargos assimilados (nota 12 e 18)	(2.979)	(3.408)
3. Remuneração de capital reembolsável à vista	-	-
A) MARGEM DE JUROS	4.519	4.098
4. Rendimento de instrumentos de capital	-	-
5. Comissões recebidas (Nota 19)	292	273
6. Comissões pagas (Nota 20)	(14)	(17)
7. Resultados de operações financeiras (líquido)	-	-
7.1. Carteira de negociação	-	-
7.2. Outros instrumentos financeiros ao justo valor com alterações em ganhos e perdas	-	-
7.3. Instrumentos financeiros não avaliados ao justo valor com alterações em ganhos e perdas	-	-
7.4. Outros	-	-
8. Diferenças cambiais (líquido) (Nota 21)	38	(8)
9. Outros produtos de exploração (Nota 22)	1.677	1.950
10. Outros encargos de exploração	-	-
B) MARGEM BRUTA	6.512	6.296
11. Gastos administrativos	(4.025)	(4.139)
11.1. Gastos de pessoal (nota 23)	(2.406)	(2.486)
11.2. Outros gastos gerais administrativos (nota 24)	(1.619)	(1.653)
12. Amortização (notas 8 e 9)	(42)	(46)
13. Dotações para provisões (líquido) (Nota 13)	(170)	(204)
14. Perdas por imparidade de ativos financeiros (líquido)	(797)	(1.190)
14.1. Investimentos de crédito (Nota 6 e 7)	(797)	(1.190)
14.2. Outros instrumentos financeiros não avaliados ao justo valor com alterações em ganhos e perdas	-	-
C) RESULTADOS DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO	1.818	717
15. Perdas por imparidade dos restantes ativos (líquido)	-	-
15.1. Goodwill	-	-
15.2. Outros ativos (nota 7)	-	-
16. Ganhos (perdas) na baixa de ativos não classificados como não correntes detidos para venda	-	-
17. Diferença negativa em combinações de negócios	-	-
18. Ganhos (perdas) de ativos não correntes detidos para venda não classificados como operações descontinuadas (Nota 7)	103	332
D) RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.921	1.049
19. Imposto sobre os lucros (Nota 30)	(598)	(281)
20. Dotação obrigatória para obras e fundos sociais	-	-
E) RESULTADO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	1.323	768
21. Resultado de operações descontinuadas (líquido)	-	-
F) RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.323	768

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.
(Sociedade Unipessoal)

Demonstrações das Alterações no Património Líquido para os exercícios anuais terminados
a 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expressos em milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS	31.12.2017	31.12.2016
A) RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.323	768
B) OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS	-	-
1. Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
1.1. Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
1.2. Montantes transferidos para a conta de ganhos e perdas	-	-
1.3. Outras reclassificações	-	-
2. Coberturas dos fluxos de caixa	-	-
2.1. Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
2.2. Montantes transferidos para a conta de ganhos e perdas	-	-
2.3. Montantes transferidos para o valor inicial das rubricas cobertas	-	-
2.4. Outras reclassificações	-	-
3. Coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	-	-
3.1. Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
3.2. Montantes transferidos para a conta de ganhos e perdas	-	-
3.3. Outras reclassificações	-	-
4. Diferenças cambiais	-	-
4.1. Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
4.2. Montantes transferidos para a conta de ganhos e perdas	-	-
4.3. Outras reclassificações	-	-
5. Ativos não correntes detidos para venda	-	-
5.1. Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
5.2. Montantes transferidos para a conta de ganhos e perdas	-	-
5.3. Outras reclassificações	-	-
6. Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensões	-	-
8. Restantes rendimentos e gastos reconhecidos	-	-
9. Imposto sobre o lucro	-	-
C) TOTAL RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS (A+B)	1.323	768

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.
(Sociedade Unipessoal)

Demonstrações das Alterações no Património Líquido para os exercícios anuais terminados
a 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expressos em milhares de euros)

Demonstrações Totais de Variações no Património Líquido

	Capital	Reservas	Resultados do exercício	Total Fundos Próprios	Ajustes por Avaliação	Total Património Líquido
1. Saldo final a (31/12/2016)	13.000	4.636	768	18.404	-	18.404
3. Total rendimentos e gastos reconhecidos	-	-	1.323	1.323	-	1.323
4. Outras variações do património líquido.						
4.1 Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
4.2 Reduções de capital	-	-	-	-	-	-
4.9. Transferências entre rubricas de património líquido	-	768	(768)	-	-	-
5. Saldo final a (31/12/2017)	<u>13.000</u>	<u>5.404</u>	<u>1.323</u>	<u>19.727</u>	<u>-</u>	<u>19.727</u>

	Capital	Reservas	Resultados do exercício	Total Fundos Próprios	Ajustes por Avaliação	Total Património Líquido
1. Saldo final a (31/12/2015)	13.000	2.931	1.705	17.636	-	17.636
3. Total rendimentos e gastos reconhecidos	-	-	768	768	-	768
4. Outras variações do património líquido.						
4.1 Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
4.2 Reduções de capital	-	-	-	-	-	-
4.9. Transferências entre rubricas de património líquido	-	1.705	(1.705)	-	-	-
5. Saldo final a (31/12/2016)	<u>13.000</u>	<u>4.636</u>	<u>768</u>	<u>18.404</u>	<u>-</u>	<u>18.404</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.
(Sociedade Unipessoal)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios anuais terminados
a 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expressos em milhares de euros)

	31.12.2017	31.12.2016
A) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO	(167)	289
1. Resultados do exercício	1.323	768
2. Ajustes para obter os fluxos de caixa das atividades de exploração	296	893
2.1. Amortização	42	46
2.2. Outros ajustes	254	847
3. Aumento/diminuição líquido dos ativos de exploração	24.150	36.425
3.1. Carteira de negociação	-	-
3.2. Outros ativos financeiros ao justo valor com alterações em ganhos e perdas	-	-
3.3. Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
3.4. Investimentos de crédito	23.507	36.337
3.5. Outros ativos de exploração	643	88
4. Aumento/diminuição líquido dos passivos de exploração	22.364	35.053
4.1. Carteira de negociação	-	-
4.2. Outros passivos financeiros ao justo valor com alterações em ganhos e perdas	-	-
4.3. Passivos financeiros a custo amortizado	22.364	35.053
4.4. Outros passivos de exploração	-	-
B) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	222	(78)
5. Pagamentos	16	78
5.1. Ativos corpóreos	15	5
5.2. Ativos incorpóreos	1	-
5.3. Participações	-	-
5.4. Outras unidades de negócio	-	-
5.5. Ativos não correntes e passivos associados detidos para venda	-	73
5.6. Carteira de investimento a prazo	-	-
5.7. Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
6. Cobranças	238	-
6.1. Ativos corpóreos	-	-
6.2. Ativos incorpóreos	-	-
6.3. Participações	-	-
6.4. Outras unidades de negócio	-	-
6.5. Ativos não correntes e passivos associados detidos para venda	238	-
6.6. Carteira de investimento a prazo	-	-
6.7. Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
C) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
7. Pagamentos	-	-
7.1. Dividendos	-	-
7.2. Passivos subordinados	-	-
7.3. Amortização de instrumentos de capital próprio	-	-
7.4. Aquisição de instrumentos de capital próprio	-	-
7.5. Outros pagamentos relacionados com as atividades de financiamento	-	-
8. Cobranças	-	-
8.1. Passivos subordinados	-	-
8.2. Emissão de instrumentos de capital próprio	-	-
8.3. Alienação de instrumentos de capital próprio	-	-
8.4. Outras cobranças relacionadas com as atividades de financiamento	-	-
D) EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO	-	-
E) AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA OU EQUIVALENTES (A+B+C+D)	55	211
F) CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	532	321
G) CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	587	532
PRO MEMORIA		
COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		
1.1. Caixa	1	-
1.2. Saldos equivalentes à caixa em bancos centrais	-	-
1.3. Outros ativos financeiros	586	532
1.4. Menos: Descobertos bancários reembolsáveis à vista	-	-
Total caixa e equivalentes no final do exercício	586	532

O relatório anexo forma parte integrante das Contas Anuais do exercício de 2017.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

31 de dezembro de 2017

(1) Natureza e atividades

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U. (Sociedade Unipessoal) (doravante a Sociedade) foi constituída mediante escritura pública outorgada em Barcelona a 28 de setembro de 2006, sob a denominação social de Deutsche Leasing España, E.F.C., S.A.U. A 9 de dezembro de 2011, a Sociedade alterou a sua denominação para a atual.

A Sociedade tem carácter de estabelecimento financeiro de crédito e regula-se pelo disposto na legislação vigente em matéria de Estabelecimentos Financeiros de Crédito, contida em particular no Real Decreto-lei 692/1996, de 26 de abril, sobre o Regime Jurídico dos Estabelecimentos Financeiros de Crédito. Após a entrada em vigor da Lei 5/2015, de 27 de abril, sobre o fomento do financiamento empresarial, os estabelecimentos financeiros de crédito perdem a sua condição de entidades de crédito, mas mantêm intacta a sua inclusão no perímetro de supervisão e rigorosa regulação financeiras. O artigo 7.º da Lei 5/2015 estabelece ainda que os estabelecimentos financeiros de crédito reger-se-ão pelo disposto no título II do referido diploma e na respetiva legislação de execução e, em relação ao que não é previsto na referida legislação, o regime jurídico será o previsto para as entidades de crédito. A legislação específica para os estabelecimentos financeiros de crédito está presentemente em desenvolvimento, tendo sido objeto de tratamento dois Projetos de Real Decreto.

A sua atividade principal continua a ser a concessão de créditos e a locação financeira, incluindo as atividades complementares seguintes:

- (a) Serviços relacionados com a manutenção dos bens objeto de transmissão.
- (b) Concessão de financiamento relativo a operações de Leasing presentes ou futuras.
- (c) Mediação e realização de operações de Leasing.
- (d) Outras operações de Leasing com ou sem opção de compra.
- (e) Consultoria.

A Sociedade encontra-se inscrita sob o número 8826 no Registo Especial de Entidades de Crédito do Banco de Espanha, estando sujeita à legislação e aos regulamentos das entidades de crédito que operam em Espanha, conforme determinado pela Lei n.º 5/2015, de 27 de julho. Em particular, será aplicada aos estabelecimentos financeiros de crédito a regulamentação sobre participações significativas, idoneidade e incompatibilidade de altos cargos, governo das sociedades e solvência contida na Lei n.º 10/2014, de 26 de junho, de ordenação, supervisão e solvência de entidades de crédito e respetiva legislação específica, bem como a legislação relativa à transparência, mercado hipotecário, regime concursal e prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo prevista para as entidades de crédito.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

Em qualquer caso, será de aplicação aos estabelecimentos financeiros de crédito o disposto na disposição adicional terceira da Lei n.º 3/2009, de 3 de abril, relativa a modificações estruturais das sociedades comerciais, relativa ao regime aplicável às operações de cessão global ou parcial de ativos e passivos entre entidades de crédito.

A Sociedade, através do seu acionista único Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG, integra-se no grupo alemão Deutsche Leasing. Consequentemente, a Sociedade tem carácter de unipessoal. Além do capital social realizado, existem empréstimos, um deles subordinado, com a empresa-mãe, um contrato de *cash pooling* e diversos empréstimos com a Deutsche Leasing Funding B.V. e depósitos contratados com a Deutsche Leasing Finance GmbH (ver notas 12 e 25).

A 28 de agosto de 2012, a Sociedade criou uma sucursal em Lisboa (Portugal), denominada Deutsche Leasing Iberica, E.F.C., S.A.U. Sucursal em Portugal. A sucursal tem sede social na Av. da República, 6, 6.º Dt.º, em Lisboa (Portugal) e o seu Número de Identificação Fiscal em Portugal (NIPC) é 980477271. Nas presentes notas do relatório, os dados para a Sociedade e para a sua sucursal são apresentados em conjunto.

(2) Critérios Aplicados

a) Bases de Apresentação das Contas Anuais

As contas anuais da Sociedade foram formuladas pelos Administradores de forma a refletirem a imagem fiel do património e da situação financeira a 31 de dezembro de 2017, e dos resultados das suas operações, das alterações no património líquido, das alterações nos rendimentos e gastos reconhecidos, e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício anual findo na data referida.

Tal como é estipulado na disposição transitória quinta da Lei n.º 5/2015, de 27 de abril, até que seja executado o desenvolvimento regulamentar específico para a transmissão de informação contabilística, aplicar-se-á o regime de entidades de crédito para o efeito. Dada a ausência de um regulamento específico, as contas anuais citadas foram preparadas de acordo com os modelos e critérios contabilísticos estabelecidos na Circular 4/2004 de 22 de dezembro do Banco de Espanha, e suas sucessivas alterações, segundo o estipulado na alínea b), a partir dos registos da Sociedade. Os Administradores estimam que as contas anuais de 2017 serão aprovadas pelo Acionista Único, sem variações significativas.

Conforme requer a legislação mercantil, os Administradores da Sociedade apresentam, para efeitos comparativos, com cada uma das rubricas do balanço, da conta de perdas e ganhos, da demonstração de alterações no património líquido, da demonstração de fluxos de caixa e do relatório, além dos números efetivos para 2017, as correspondentes ao exercício anterior que eram parte das contas anuais do exercício de 2016 aprovadas pelo Acionista Único. Os balanços, as contas de perdas e ganhos, as demonstrações de alterações no património líquido e as demonstrações de fluxos de caixa que se apresentam nestas contas anuais foram preparados de acordo com os modelos estabelecidos na Circular 4/2004 do Banco de Espanha e modificações posteriores.

b) Princípios contabilísticos e normas de avaliação

Para a elaboração das contas anuais foram seguidos os princípios contabilísticos e as normas de avaliação geralmente aceites descritos na nota 4 “Princípios Contabilísticos

e Normas de Avaliação Aplicados”. Não existe nenhum princípio contabilístico obrigatório que, sendo o seu efeito significativo na elaboração das contas anuais, se tenha deixado de aplicar. Cabe destacar que até à aprovação da legislação específica que lhes corresponda, as instituições financeiras de crédito estarão sujeitas ao regime jurídico que lhes seria aplicável antes da entrada em vigor do Decreto Lei 14/2013. Com base nesta situação transitória e na pendência de um quadro jurídico específico, a aprovação contida nas Circulares 4/2016, de 27 de abril, e 4/2017, de 27 de novembro, do Banco de Espanha, não é aplicável à Entidade.

c) Coeficientes mínimos

Coeficiente de Recursos próprios mínimos

A Lei n.º 13/1992, de 1 de junho, e a Circular n.º 3/2008 do Banco de Espanha e as suas sucessivas alterações regulam os recursos próprios mínimos mantidos pelas entidades de crédito espanholas – tanto a título individual como de grupo consolidado – e a forma de determinação desses recursos próprios.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, os recursos próprios computáveis ascendiam a 24.920 e 23.450 milhares de euros, respetivamente, sendo o excedente relativo aos requisitos dessa legislação, para os anos de 2017 e 2016, de 10.223 e 10.144 milhares de euros, respetivamente, de acordo com o Pilar 1.

d) Princípio da continuidade

A Sociedade conta com o apoio do seu grupo e da empresa-mãe, e espera continuar a trajetória de resultados positivos nos próximos anos. Para tal, e com base nos argumentos descritos, as presentes Contas Anuais são formuladas sob o princípio da continuidade.

(3) Distribuição de Resultados

A proposta de distribuição dos lucros da Sociedade do exercício de 2017, formulada pelos Administradores, e pendente da aprovação do Acionista Único, é apresentada no quadro seguinte:

	<u>Milhares de Euros</u>
<u>Base de distribuição</u>	
Lucros do exercício de 2017	<u>1.323</u>
	<u>1.323</u>
<u>Aplicação</u>	
Reserva Legal	132
Reserva Voluntária	<u>1.191</u>
	<u>1.323</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

A distribuição dos resultados do exercício de 2016 da Sociedade, aprovada pelo Acionista Único a 12 de maio de 2017, está refletida na Demonstração de Alterações no Património Líquido e foi a seguinte:

	<u>Milhares de Euros</u>
<u>Base de distribuição</u>	
Lucros do exercício de 2016	<u>768</u>
	<u>768</u>
<u>Aplicação</u>	
Resultados negativos de exercícios anteriores	77
Reserva Legal	<u>691</u>
Reserva Voluntária	
	<u>768</u>

(4) Princípios Contabilísticos e Normas de Avaliação Aplicados

Estas contas anuais foram formuladas seguindo os princípios contabilísticos e as normas de avaliação estabelecidos pela Circular 4/2004, de 22 de dezembro, do Banco de Espanha e posteriores modificações, à exceção das modificações introduzidas pelas Circulares 4/2016 e 4/2017 do Banco de Espanha, seguindo as indicações do Regulador. Em seguida é apresentado um resumo dos mais significativos:

(a) Contabilidade de exercício

Os rendimentos e gastos são reconhecidos em função da sua data de vencimento e não com base na sua data de cobrança ou pagamento, à exceção dos juros relativos a investimentos de crédito e outros riscos sem investimento com mutuários considerados como deteriorados que são imputados no momento da sua cobrança.

A regularização de juros em operações tanto ativas como passivas é calculada através do método de taxa de juro efetiva.

Seguindo a prática financeira geral, as transações são registadas na data da sua produção, que pode diferir da sua correspondente data-valor, com base na qual são calculados os rendimentos e os gastos financeiros.

(b) Reconhecimento, avaliação e classificação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade se converte em parte dos acordos contratuais em conformidade com as disposições dos referidos acordos.

Os instrumentos financeiros de dívida são reconhecidos desde a data em que surge o direito legal de receber ou pagar numerário e os instrumentos derivados são reconhecidos desde a data da sua contratação. De modo geral, a Sociedade regista a baixa do balanço dos instrumentos financeiros na data a partir da qual os benefícios, riscos, direitos e deveres inerentes ou o controlo dos mesmos são transferidos para a parte adquirente.

São apresentados e avaliados, tendo em conta a sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Carteira de Investimentos de crédito: é composta pelos ativos financeiros para os quais os seus fluxos de caixa são de montante determinado ou determinável e nos quais se recuperará todo o desembolso realizado pela Sociedade. São registados inicialmente pelo justo valor da contrapartida entregue. Posteriormente, são apresentados avaliados a custo amortizado utilizando o método de taxa de juro efetiva.
- Passivos financeiros a custo amortizado: contém os valores não classificados em nenhuma das carteiras anteriores. São registados inicialmente pelo justo valor da contrapartida recebida. Posteriormente, são apresentados a custo amortizado, registando as diferenças líquidas com o preço de aquisição na conta de ganhos e perdas.

O valor contabilístico dos instrumentos financeiros é corrigido através da conta de ganhos e perdas quando existe prova objetiva de que se produziu uma perda por imparidade.

As operações de locação financeira, locações em que se transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo objeto do contrato, em que a Sociedade age como locador, são registadas na carteira de investimentos de crédito.

A Sociedade contabiliza os ativos cedidos mediante contratos de locação financeira através de investimento líquido nas locações uma vez descontados os custos diretos iniciais, quando estes não atingem uma quantia significativa em relação ao investimento. As cobranças são atualizadas à sua taxa de juro implícita.

Os rendimentos financeiros são registados na conta de ganhos e perdas aplicando o método de taxa de juro efetiva. Neste caso, os rendimentos financeiros com origem nestes contratos são imputados na conta de ganhos e perdas, no capítulo “juros e rendimentos assimilados”, aplicando para estimar o seu rendimento o método de taxa de juro efetiva das operações, calculada de acordo com o disposto na Circular n.º 4/2004 do Banco de Espanha, de 22 de dezembro, e alterações posteriores.

(c) Comissões

Como parte do cálculo da taxa de juro efetiva, a Sociedade regulariza as comissões financeiras que surgem da formalização de empréstimos na conta de ganhos e perdas ao longo da vida esperada das operações. As comissões produzidas por instrumentos financeiros avaliados ao justo valor com alterações em ganhos e perdas são registadas imediatamente na conta de ganhos e perdas. As comissões não financeiras não surgidas da prestação de um serviço executado num ato único são regularizadas e registadas na conta de ganhos e perdas ao longo do período que dura a execução do serviço.

As comissões não financeiras surgidas da prestação de um serviço executado num ato único são registadas na conta de ganhos e perdas no momento de realização do ato único.

(d) Cobertura do risco de crédito

A cobertura do risco de crédito foi estabelecida seguindo os métodos contidos no Anexo IX da Circular n.º 4/2004, do Banco de Espanha, e alterações posteriores, recolhendo a melhor estimativa da Sociedade sobre as perdas inerentes existentes por risco de crédito na carteira de instrumentos de dívida e outros ativos e compromissos com risco de crédito.

Sobre o resto dos saldos dos instrumentos de dívida não avaliados ao seu justo valor com alterações na conta de ganhos e perdas, bem como sobre os riscos contingentes, classificados como risco normal, foi calculada uma cobertura genérica para cobrir as perdas inerentes.

O método de cálculo é o estabelecido no Anexo IX da Circular n.º 4/2004 do Banco de Espanha, e alterações posteriores, que consiste no cálculo da soma do resultado de multiplicar o valor da variação no período do montante de cada uma das classes de risco (desde a categoria “Sem risco apreciável” até à categoria “Risco alto”) pelo parâmetro correspondente (oscila entre 0% e 2,5%), mais a soma de multiplicar o montante total das operações incluídas em cada uma das classes de risco no final do período pelo seu parâmetro correspondente (oscila entre 0% e 1,64%) menos o montante da dotação líquida para cobertura específica global realizada no período.

(e) Ativos corpóreos

As imobilizações corpóreas de uso próprio são apresentadas pelo seu preço de aquisição, atualizado conforme determinadas normas legais, e reavaliadas de acordo com o permitido na nova legislação contabilística, menos a sua correspondente amortização acumulada e, se houver, menos qualquer perda por imparidade.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

A amortização de todos os elementos das imobilizações corpóreas é calculada linearmente em função dos anos de vida útil estimada:

	<u>Anos de amortização</u>
Equipamentos informáticos e suas instalações	4
Mobiliário, veículos e restantes instalações	10

A Sociedade revê, pelo menos no final do exercício, o período e método de amortização de cada um dos ativos corpóreos.

Os gastos de conservação e manutenção das imobilizações corpóreas que não melhoram a sua utilização ou prolongam a vida útil dos respetivos ativos são debitados na conta de ganhos e perdas no momento em que são produzidos.

(f) Ativos incorpóreos

As aplicações informáticas adquiridas pela Sociedade são avaliadas pelo seu custo de aquisição, são amortizadas no período em que se espera que gerem fluxos de caixa a favor da Sociedade e, se necessário, são realizadas correções correspondentes à imparidade.

A Sociedade revê, pelo menos no final do exercício, o período e método de amortização de cada uma das aplicações informáticas. Durante o exercício de 2017, o método de amortização foi linear, estimando-se uma vida útil de 3 anos.

(g) Locações

As operações de locação são classificadas como locações financeiras e locações operacionais. Ao contrário da locação operacional, uma locação financeira é uma locação em que se transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo objeto do contrato.

Locações financeiras: Locador

A Sociedade contabiliza os ativos cedidos mediante contratos de locação financeira através de investimento líquido nas locações sem ter em conta os custos iniciais, sempre que estes não sejam significativos.

As cobranças são atualizadas à sua taxa de juro implícita.

Os rendimentos financeiros são registados na conta de ganhos e perdas aplicando o método de taxa de juro efetiva. Neste caso, os rendimentos financeiros com origem nestes contratos são imputados na conta de ganhos e perdas, no capítulo “juros e rendimentos assimilados”, aplicando para estimar o seu rendimento o método de taxa de juro efetiva das operações, calculada de acordo com o disposto na Circular n.º 4/2004 do Banco de Espanha, de 22 de dezembro, e alterações posteriores.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

(h) Gastos de pessoal

A Sociedade contabilizou os gastos de pessoal na Conta de Ganhos e Perdas, não existindo benefícios pós-emprego nem remunerações baseadas em instrumentos de capital.

(i) Imposto sobre o lucro

O gasto com o Imposto sobre Sociedades de cada exercício é calculado em função do resultado económico antes de impostos. O efeito fiscal antecipado ou diferido das diferenças temporais, bem como dos créditos fiscais por perdas do exercício, é incluído, se for caso disso, nas epígrafes “Ativos fiscais diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” dos balanços.

A Sociedade reconhece a conversão de um ativo por imposto diferido numa conta a receber em relação à Administração Pública, quando é exigível segundo o disposto na legislação fiscal em vigor. Para estes efeitos, a baixa do ativo por imposto diferido é reconhecida a título de gasto por imposto sobre o lucro transitado e a conta a receber com crédito no imposto sobre o lucro atual. Da mesma forma, a Sociedade reconhece a troca de um ativo por imposto diferido por valores de Dívida Pública, quando a titularidade dos mesmos é adquirida.

Salvo prova em contrário, não se considera provável que a Sociedade disponha de lucros tributáveis futuros quando se prevê que a sua recuperação futura vá ocorrer num prazo superior aos dez anos contados desde a data de encerramento do exercício, independentemente de qual seja a natureza do ativo por imposto diferido ou no caso de se tratar de créditos derivados de deduções e outros benefícios fiscais pendentes de aplicar a nível fiscal por insuficiência de quota quando, tendo-se produzido a atividade ou obtido o rendimento que dê origem à dedução ou bonificação, existam dúvidas razoáveis sobre o cumprimento dos requisitos para as tornar efetivas.

A Sociedade apenas reconhece os ativos por impostos diferidos derivados de perdas fiscais compensáveis, na medida em que seja provável que se vão obter lucros tributáveis que os permitam compensar num prazo inferior ao estabelecido pela legislação fiscal aplicável, com o limite máximo de dez anos, salvo prova de que seja provável a sua recuperação num prazo superior, quando a legislação fiscal permita compensá-los num prazo superior ou não estabeleça limites temporais para a respetiva compensação.

Pelo contrário, considera-se provável que a Sociedade disponha de lucros tributáveis suficientes para recuperar os ativos por imposto diferido sempre que existam diferenças temporárias tributáveis em quantia suficiente, relacionadas com a mesma autoridade fiscal e referentes ao mesmo sujeito passivo, cuja reversão seja esperada no mesmo ano fiscal em que se prevê a reversão das diferenças temporárias dedutíveis ou em exercícios em que uma perda fiscal, originada por uma diferença temporária dedutível, possa ser compensada com lucros anteriores ou posteriores.

(j) Demonstração dos fluxos de caixa

A Sociedade utilizou o método indireto para a realização das demonstrações dos fluxos de caixa, as quais têm as seguintes expressões, que integram os seguintes critérios de classificação:

- Fluxos de caixa: entradas e saídas de dinheiro em caixa e seus equivalentes, entendendo-se por estes os investimentos a curto prazo de grande liquidez e baixo risco de alterações no seu valor.
- Atividades de exploração: atividades típicas das entidades de crédito, bem como outras atividades que não podem ser qualificadas como de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento: as de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos a longo prazo e outros investimentos incluídos na caixa e seus equivalentes.
- Atividades de financiamento: atividades que produzem alterações no tamanho e composição do património líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades de exploração.

(5) Caixa e depósitos em Bancos Centrais

A composição do saldo da caixa e bancos centrais, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Caixa	1	-
Depósitos no Banco de Espanha	-	-
Em euros	1	-

A entidade não tem nenhum depósito no Banco de Espanha, uma vez que a manutenção de uma reserva mínima deixou de ser obrigatória.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

(6) Investimentos de crédito

O detalhe desta epígrafe do balanço é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Depósitos em entidades de crédito	586	532
Crédito a clientes	224.514	201.330
	<u>225.100</u>	<u>201.862</u>

O detalhe desta epígrafe do balanço, por tipo de contrapartida e de instrumento e independentemente do justo valor que pudesse ter qualquer garantia para assegurar o seu cumprimento, é o seguinte:

A 31 de dezembro de 2017:

	Milhares de euros			Total
	Entidades de crédito	Outros setores privados residentes	Outros setores privados não residentes	
Depósitos em entidades de crédito				
Valor contabilístico sem correção de imparidade	586	-	-	586
Vencidas sem imparidade	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	31	-	31
Crédito a clientes				
Valor contabilístico sem correção de imparidade	-	146.811	82.981	229.792
Vencidas sem imparidade	-	195	197	392
	<u>586</u>	<u>147.037</u>	<u>83.178</u>	<u>230.801</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

A 31 de dezembro de 2016:

	Milhares de euros			
	Entidades de crédito	Outros setores privados residentes	Outros setores privados não residentes	Total
Depósitos em entidades de crédito				
Valor contabilístico sem correção de imparidade	532	-	-	532
Vencidas sem imparidade	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	38	-	38
Crédito a clientes				
Valor contabilístico sem correção de imparidade	-	139.528	66.616	206.144
Vencidas sem imparidade	-	424	16	440
	532	139.990	66.632	207.154

A 31 de dezembro de 2017, o montante dos ativos classificados como duvidosos ascende a 8.659 milhares de euros (22.210 milhares a 31 de dezembro de 2016). Do total de ativos duvidosos, 6.729 milhares de euros correspondem a ativos duvidosos para os quais contribuem razões distintas da morosidade do cliente (19.946 milhares de euros em 2016). Cabe destacar que não existe saldo de ativos classificados como duvidosos por razões distintas da morosidade do cliente que se encontrem garantidos por depósitos em numerário (11.428 milhares de euros em 2016), concedidos pelo Deutsche Leasing Finance. Tais operações têm montantes vencidos que não superam um mês ou, simplesmente, não têm montantes vencidos, mas a Sociedade decidiu classificá-las como duvidosas por apresentar dúvidas sobre a sua colateralidade, e desta forma antecipar o impacto de uma eventual entrada em mora.

Para o cálculo das correções de valor efetuou-se uma análise individualizada dos instrumentos, com o objetivo de determinar se existe alguma dívida em mora ou considerada como de cobrança duvidosa não mensurada pelo justo valor, realizando um registo das variações de valor na conta de perdas e ganhos, em função da sua antiguidade, das garantias prestadas e das expectativas de recuperação dos ditos saldos. À data de encerramento do exercício, existiam créditos no valor de 1.930 milhares de euros classificados como ativos duvidosos por morosidade do cliente (2.164 milhares de euros em 2016) e para os quais se criou uma provisão específica, segundo o Anexo IX, entre os 25% e os 100%, ascendendo à quantia de 931 milhares de euros (1.050 milhares de euros em 2016). Além disso, existem créditos de 6.729 milhares de euros classificados como ativos duvidosos por razões distintas da morosidade do cliente (19.946 milhares de euros em 2016) para os quais se criou uma provisão específica de 1.010 milhares de euros (1.046 milhares de euros em 2016). De igual modo, existem créditos no montante de 24.993 milhares de euros classificados como risco inferior (15.487 milhares de euros em 2016) para os quais se criou uma provisão específica de 205 milhares de euros (227 milhares de euros em 2016). Cabe destacar que sob a classificação de risco inferior existem 22.935 milhares de euros que estão garantidos por depósitos em numerário como garantia concedidos pela Deutsche Leasing Finance

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

(sem saldo em 2016).

Os ajustes por avaliação da carteira de investimentos de crédito apresentam os seguintes montantes:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Correções de valor por imparidade de ativos	(5.702)	(5.292)

A distribuição da carteira de investimentos de crédito por zonas geográficas onde o risco está localizado corresponde ao indicado a seguir:

		Milhares de euros	
		2017	2016
Carteira de investimento de crédito	Espanha	143.539	136.226
	Portugal	81.561	65.636
		225.100	201.862

O detalhe por prazos de vencimento dos ativos com imparidade vencidos, por países, é o seguinte:

		Milhares de euros				
Com imparidade vencidos		Até 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Setores residentes em Espanha						
31 de dezembro de 2017		807	32	-	69	908
31 de dezembro de 2016		172	118	-	944	1.234

		Milhares de euros				
Com imparidade vencidos		Até 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Setores residentes em Portugal						
31 de dezembro de 2017		309	122	345	246	1.022
31 de dezembro de 2016		664	-	75	191	930

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

O detalhe por prazos de vencimento dos ativos vencidos e sem imparidade, por países, é o seguinte:

Vencidos sem imparidade Setores residentes em Espanha	Milhares de Euros			Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	
31 de dezembro de 2017	140	39	16	195
31 de dezembro de 2016	424	93	6	523

Vencidos sem imparidade Setores residentes em Portugal	Milhares de Euros			Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	
31 de dezembro de 2017	174	-	23	197
31 de dezembro de 2016	16	-	-	16

O movimento, durante o exercício correspondente, das correções de valor constituídas para a cobertura do risco de crédito, conforme tenha sido determinado individual (específica) ou coletivamente (genérica), foi o seguinte:

	Milhares de euros		
	Específica	Genérica	Total
Saldo a 31.12.2015	2.329	2.212	4.541
Dotações	1.283	805	2.088
Recuperações de montantes aprovisionados	(1.253)	(48)	(1.301)
Movimentos sem reflexo em T.1	(36)	-	(36)
Saldo a 31.12.2016	2.323	2.969	5.292
Dotações	1.323	587	1.910
Recuperações de montantes aprovisionados	(1.112)	-	(1.112)
Movimentos sem reflexo em T.1	(388)	-	(388)
Saldo a 31.12.2017	2.146	3.556	5.702

A maioria dos valores correspondem a créditos, empréstimos e outros financiamentos sem garantia imobiliária, com outros setores residentes em Espanha e Portugal.

No encerramento do exercício existem 2.896 milhares de euros classificados como carteira de investimentos de crédito em suspenso (2.464 milhares em 2016).

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os rendimentos financeiros acumulados de ativos financeiros com imparidade, para os quais foi interrompida a acumulação de juros, ascendem a 47 milhares de euros e 12 milhares de euros, respetivamente.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

Todos os prazos de revisão dos tipos de juros dos instrumentos que compõem a carteira de investimentos de crédito, a 31 de dezembro de 2017, são entre um mês e um ano.

a) Depósitos em entidades de crédito

Esta epígrafe da carteira de investimento de crédito de ativo do balanço corresponde a 586 milhares de euros a 31 de dezembro de 2017, e a 532 milhares de euros a 31 de dezembro de 2016.

b) Crédito a clientes

A composição desta epígrafe da carteira de investimento de crédito de ativo do balanço é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Outros setores não residentes		
Outros devedores a prazo	17.981	14.999
Locações financeiras	60.651	48.886
Devedores à vista e vários	121	106
Ativos duvidosos	4.425	2.641
Ajustes por avaliação	(1.905)	(1.059)
	81.273	65.573
Outros setores residentes		
Outros devedores a prazo	17.804	22.925
Locações financeiras	124.969	96.454
Cauções dadas em numerário	31	38
Devedores à vista e vários	-	1.102
Ativos duvidosos	4.233	19.470
Ajustes por avaliação	(3.796)	(4.232)
	143.241	135.757
Total	224.514	201.330

Em relação à informação sobre os contratos de locação financeira no exercício:

- a 31 de dezembro de 2017, o investimento bruto total nos contratos de locação financeira ascende a 188.345 milhares de euros (163.508 milhares de euros em 2016);
- o valor presente dos pagamentos futuros mínimos a receber pela Sociedade durante o período obrigatório (considerando-se que não se vão exercer extensões nem opções de compra existentes) ascende a 157.222 milhares de euros, a 31 de dezembro de 2017 (139.662 milhares de euros em 2016).
- não há quotas contingentes reconhecidas nos rendimentos do exercício de 2017 e de 2016.
- o valor residual não garantido para os ditos contratos ascendia a 18.378 milhares de euros, a 31 de dezembro de 2017 (18.922 milhares de euros em 2016);

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

- e o montante das correções de valor por imparidade dos contratos de locação financeira ascendia a 968 milhares de euros, a 31 de dezembro de 2017 (1.286 milhares de euros em 2016).

(7) Ativos não correntes detidos para venda

O movimento, durante o exercício de 2017 e 2016, do saldo dos Ativos não correntes detidos para venda, que correspondem integralmente a ativos recuperados em euros, é o seguinte:

	Milhares de euros			
	31.12.16	Adições	Baixas	31.12.17
Ativos não correntes detidos para venda	238	-	(238)	-
Imparidade	(155)	-	155	-
	83	-	(83)	-

	Milhares de euros			
	31.12.15	Adições	Baixas	31.12.16
Ativos não correntes detidos para venda	165	514	(441)	238
Imparidade	(58)	(402)	305	(155)
	107	112	(136)	83

Os ganhos (perdas) de ativos não correntes detidos para venda, não classificados como operações interrompidas durante os exercícios de 2017 e de 2016, foram os seguintes:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Ganhos líquidos por vendas	103	332
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	-	(402)

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

(8) Ativo Corpóreo

O movimento do saldo do Ativo Corpóreo de uso próprio, durante os exercícios de 2017 e de 2016, é o seguinte:

	Milhares de Euros			
	31.12.16	Altas	Baixas	31.12.17
Instalações, mobiliário e outras mobilizações corpóreas	255	2	-	257
Equipamentos para processos de informação	128	12	-	140
	383	14	-	397
Amortização Acumulada de Instalações, mobiliário e outras mobilizações corpóreas	(139)	(31)	-	(170)
Amortização Acumulada de Equipamentos para processos de informação	(114)	(9)	-	(123)
	(253)	(40)	-	(293)
	130	(26)	-	104

	Milhares de Euros			
	31.12.15	Altas	Baixas	31.12.16
Instalações, mobiliário e outras mobilizações corpóreas	255	-	-	255
Equipamentos para processos de informação	123	5	-	128
	378	5	-	383
Amortização Acumulada de Instalações, mobiliário e outras mobilizações corpóreas	(107)	(32)	-	(139)
Amortização Acumulada de Equipamentos para processos de informação	(105)	(9)	-	(114)
	(212)	(41)	-	(253)
	166	(36)	-	130

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade não tem ativos corpóreos, de uso próprio, para os quais existam restrições à titularidade ou que tenham sido entregues como garantia de cumprimento de dívidas.

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade não tem compromissos de aquisição de ativo corpóreo com terceiros.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

Nos exercícios de 2017 e de 2016, não se receberam, nem se espera receber, quantias de terceiros por compensações ou indemnizações por deterioração ou perda de valor de ativos corpóreos de uso próprio.

(9) Ativo Incorpóreo

O movimento do saldo do ativo imaterial, durante o exercício de 2017, é o seguinte:

	Milhares de euros		
	31.12.16	Altas	31.12.17
Aplicações informáticas	86	1	87
Amortização acumulada	(82)	(2)	(84)
	<u>4</u>	<u>(1)</u>	<u>3</u>

Durante o exercício de 2015, o movimento do ativo imaterial foi o seguinte:

	Milhares de euros		
	31.12.15	Altas	31.12.16
Aplicações informáticas	86	-	86
Amortização acumulada	(77)	(5)	(82)
	<u>9</u>	<u>(5)</u>	<u>4</u>

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade não tem ativos incorpóreos para os quais existam restrições de titularidade, ou que tenham sido entregues como garantia de cumprimento de dívidas.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade não tem compromissos de aquisição de ativos incorpóreos com terceiros.

Nos exercícios de 2017 e 2016, não se receberam, nem se espera receber, montantes de terceiros por compensações ou indemnizações por imparidade ou desvalorização de ativos incorpóreos.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

(10) Ativos e Passivos Fiscais

A composição destas epígrafes do balanço, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

	Ativos		Passivos	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Correntes				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.317	1.504	463	83
Segurança Social	-	-	42	38
HP Credora de IS	-	-	131	135
	2.317	1.504	636	256
Diferidos				
Dedutíveis por diferenças temporárias	184	135	-	-
	184	135	-	-
	2.501	1.639	636	256

(11) Restantes ativos e passivos

O detalhe desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
<u>Ativo</u>		
Regularizações	97	122
Outros Ativos		
Restante	191	468
	288	590
<u>Passivo</u>		
Regularizações	444	418
Restante	-	-
	444	418

(12) Passivos financeiros a custo amortizado

O detalhe desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Depósitos de clientes	198.526	174.626
Passivos subordinados	4.400	4.400
Outros passivos financeiros	4.126	5.897
	<u>207.052</u>	<u>184.923</u>

Os passivos financeiros que compõem a carteira de passivos financeiros a custo amortizado são registados inicialmente ao justo valor e avaliados a custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os juros e encargos assimilados por tipo de instrumento da carteira de passivos financeiros a custo amortizado registados nas contas de ganhos e perdas, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, são os seguintes:

	Juros	
	2017	2016
Depósitos de clientes	2.914	3.326
Passivos subordinados	65	82
	<u>2.979</u>	<u>3.408</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

12.1. Depósitos de clientes

A composição do saldo deste capítulo do balanço, a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, dada a situação geográfica onde os passivos financeiros têm origem, a sua natureza e as contrapartes das operações, é a que se indica de seguida:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Por localização geográfica -		
Espanha	176	-
Portugal	-	-
Restante	198.350	174.626
Por natureza -		
Empréstimos com vencimento não determinado	-	-
Depósitos, Empréstimos à vista	378	248
Empréstimos, Depósitos a prazo	198.148	174.378
Ajustes por avaliação - Juros gerados	-	-
Por contrapartidas -		
Administrações públicas residentes	-	-
Outros setores residentes	176	-
Outros setores não residentes	198.350	174.626

A grande maioria do saldo dos empréstimos e depósitos corresponde a depósitos com empresas do grupo (veja-se a Nota 25). Os vencimentos deste capítulo, a 31 de dezembro de 2017, segundo o seu prazo residual, são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Não determinado	-	-
À vista	378	248
Até um ano	52.524	45.954
Mais de um ano	145.624	128.424
	<u>198.526</u>	<u>174.626</u>

Cabe destacar que, a 31.12.2017, a entidade tem, nos depósitos, um montante de 18.941 milhares de euros disposto do contrato de *cash pooling* que tem em vigor com a entidade do grupo Deutsche Leasing Funding (21.138 milhares de euros em 2016).

As taxas de juro máxima e mínima a que se remuneram as dívidas com empresas do grupo são de 5,62% e 0,13%, que são taxas de mercado.

12.2 Passivos Subordinados

A Sociedade subscreveu um empréstimo subordinado com o seu sócio único, Deutsche Sparkassen Leasing AG & CO. KG., no montante de 4.400.000 euros, com data de 26 de junho de 2008. Deste modo, aumentaram-se os Recursos Próprios contabilísticos da Sociedade, com a finalidade de aumentar o limite de concentração.

(13) Provisões

O detalhe desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Provisões		
Provisões para riscos e compromissos contingentes	137	307
	<u>137</u>	<u>307</u>

O saldo contido nesta epígrafe corresponde a provisões genéricas realizadas para a cobertura de operações pré-contratuais.

(14) Fundos Próprios

A composição e o movimento do património líquido são apresentados na demonstração de alterações no património líquido.

A 31 de dezembro de 2017, os fundos próprios da Sociedade superam o valor do capital social. Adicionalmente, a entidade dispõe de um empréstimo subordinado de 4.400 milhares de euros, cujo vencimento é indeterminado, com um prazo de pré-aviso de 5 anos.

(a) Capital

A 31 de dezembro de 2008, o capital social da DEUTSCHE LEASING IBERICA E.F.C., S.A.U. ascendia a 10.000 milhares de euros. A 22 de maio de 2009, produziu-se um aumento do capital social para 13.000 milhares de euros, representado por 13.000 ações nominativas de 1.000 euros de valor nominal cada uma (as mesmas ações nominativas do mesmo valor nominal cada uma a 31 de dezembro de 2009), totalmente subscritas e realizadas pelo Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG. Estas ações gozam de iguais direitos políticos e económicos.

As ações não estão cotadas em mercados organizados e a Sociedade não realizou emissões de Obrigações Convertíveis. Durante os exercícios de 2017 e de 2016 não se produziu movimento das ações em circulação.

(b) Reserva Legal

As sociedades estão obrigadas a destinar 10% dos lucros de cada exercício para a constituição de um fundo de reserva até que este atinja, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída pelos acionistas e apenas poderá ser utilizada para cobrir, caso não haja outras reservas disponíveis, o saldo devedor da conta de ganhos e perdas. Sob determinadas circunstâncias, poder-se-á destinar a incrementar o capital social na parte de reserva superior a 10% da quantidade de capital já ampliada.

A 31 de dezembro de 2017, a reserva legal constituída pela Entidade situa-se nos 612 milhares de euros (480, no exercício de 2016). Na distribuição do resultado do exercício, propõe-se a distribuição dos 10% da Reserva Legal (ver nota 3), dado que ainda não alcançou os 20% do Capital social da Entidade.

(c) Recursos próprios

A Circular 3/2008 do Banco de Espanha, de 22 de maio, sobre a Determinação e Controlo dos Recursos Próprios Mínimos (adiante referida como a “Circular”), regula os recursos próprios mínimos que devem ser mantidos pelas entidades de crédito espanholas, tanto a nível individual como de grupo consolidado, e a forma como devem ser determinados os referidos capitais próprios, bem como os diferentes processos de autoavaliação do capital que devem ser realizados pelas entidades e a informação pública que deve ser divulgada ao mercado pelas referidas entidades.

Esta Circular pressupõe o desenvolvimento final, no âmbito das entidades de crédito, da legislação sobre recursos próprios e supervisão numa base consolidada das entidades financeiras, ditada a partir da Lei 36/2007, de 16 de novembro, que modifica a Lei 13/1985, de 25 de maio, sobre taxas de investimento, recursos próprios e obrigações de informação dos intermediários financeiros e outras normas do sistema financeiro, e que compreende também o Real Decreto 216/2008, de 15 de fevereiro, sobre os recursos próprios das entidades financeiras. Esta norma é igualmente o culminar do processo de adaptação da legislação espanhola às diretivas comunitárias 2006/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2006, e 2006/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2006. Ambas as diretivas reviram profundamente, no seguimento do Acordo adotado pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (“Basileia II”), os requisitos mínimos de capital exigidos às entidades de créditos e seus grupos sujeitos a consolidação a nível europeu.

Os recursos próprios líquidos da Sociedade, a 31 de dezembro de 2016 e de 2017, cumprem os requisitos estabelecidos pela normativa em vigor.

A DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. preparou um “Relatório de Autoavaliação do Capital” com o objetivo de avaliar se o seu nível e estrutura de recursos próprios é o adequado, bem como determinar claramente o objetivo de recursos próprios para os próximos 3 exercícios e a sua composição. Em suma, é de destacar que se considera que o nível atual de recursos próprios é adequado ao nível de riscos e, em particular, ao volume existente de grandes riscos, bem como

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

que os recursos próprios previstos para os próximos 3 exercícios serão os adequados para enfrentar o crescimento do risco de crédito, bem como o risco de juros, liquidez e risco operacional, não existindo outros riscos importantes que possam afetar o negócio de forma significativa.

(15) Riscos e compromissos contingentes

O detalhe desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Riscos Contingentes		
Outros Riscos Contingentes	6.086	13.655
	<u>6.086</u>	<u>13.655</u>

O saldo contido nesta epígrafe corresponde integralmente a operações pré-contratuais.

(16) Outros elementos extrapatrimoniais

A 31 de dezembro de 2017, a Sociedade tem contabilizados 101.992 milhares de euros de outras contas extrapatrimoniais por outras garantias recebidas, tais como avais e depósitos em numerário como garantia (101.182 milhares de euros em 2016).

(17) Informações sobre o período médio de pagamento a fornecedores. Disposição adicional terceira. “Dever de informação” da Lei n.º 15/2010, de 5 de julho.

Decorrente da Disposição final segunda da Lei n.º 31/2014, de 3 de dezembro, e em aplicação do disposto na Resolução de 29 de janeiro de 2016, do Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas, em seguida apresenta-se detalhadamente a informação sobre o período médio de pagamento a fornecedores efetuado durante os exercícios de 2017 e 2016 pela Sociedade:

	2017	2016
	Dias	
Período médio de pagamento a fornecedores	6,83	5,09
Rácio das operações pagas	6,83	5,09
Rácio das operações pendentes de pagamento	21,25	42,80
	Montante	
	2017	2016
Total pagamentos efetuados	94.291	84.221
Total pagamentos pendentes	9	47

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

(18) Juros e Encargos/Rendimentos Assimilados

A repartição destas epígrafes da conta de perdas e ganhos nos exercícios de 2017 e 2016, atendendo à natureza das operações que as originam, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	31.12.17	31.12.16
Juros e rendimentos assimilados		
Depósitos em bancos centrais	-	-
Crédito a clientes	7.498	7.506
	7.498	7.506
Juros e custos similares		
Depósitos de entidades de crédito	-	-
Depósitos subordinados	65	81
Depósitos de clientes	2.914	3.327
	2.979	3.408

(19) Comissões recebidas

O detalhe desta epígrafe da conta de perdas e ganhos nos exercícios de 2017 e 2016 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Outras Comissões		
Outros Conceitos	292	273
	292	273

A composição do saldo de comissões recebidas está diversificada em diferentes conceitos, sendo as comissões recebidas por cancelamentos antecipados o saldo mais significativo.

(20) Comissões Pagas

O detalhe desta epígrafe da conta de perdas e ganhos nos exercícios de 2017 e 2016 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Outras Comissões	14	17
	14	17

O montante integral da epígrafe “Comissões Pagas” corresponde ao gasto suportado por todo o tipo de comissões por serviços bancários ou similares.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

(21) Diferenças Cambiais

O detalhe desta epígrafe da conta de perdas e ganhos nos exercícios de 2017 e 2016 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Diferenças Cambiais	<u>38</u>	<u>(8)</u>

A Sociedade tem concedida uma operação de financiamento em dólares, o que gera o saldo contabilizado nesta epígrafe da conta de ganhos e perdas.

(22) Outros produtos de exploração

O detalhe desta epígrafe da conta de perdas e ganhos nos exercícios de 2017 e 2016 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Outros produtos de exploração		
Vendas e outros rendimentos por prestação de serviços não financeiros	<u>1.677</u>	<u>1.950</u>
	<u>1.677</u>	<u>1.950</u>

Esta epígrafe corresponde aos gastos gerais e de pessoal, repercutidos na DL Equiprent, S.A.U., durante os exercícios de 2017 e de 2016, tal como se detalha na nota 25, "Operações e saldos com partes vinculadas".

(23) Gastos de pessoal

A composição do capítulo "Gastos de pessoal" da conta de perdas e ganhos dos exercícios de 2017 e 2016 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Vencimentos e salários	1.981	2.046
Segurança Social	400	398
Indemnizações por despedimentos	-	22
Gastos de formação e outros	<u>25</u>	<u>20</u>
	<u>2.406</u>	<u>2.486</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

A Sociedade partilha o pessoal e os recursos organizacionais com a DL Iberica Equiprent, S.A.U., relação regulada por um contrato de prestação de serviços. A referida relação estabelece que a Deutsche Leasing Iberica, E.F.C., S.A.U. suporte a maioria dos custos de estrutura comum, repercutindo a DL Iberica Equiprent, S.A.U. o custo dos serviços por ela consumidos e calculados através de critérios económicos tais como o número de contratos assinados e a margem bruta obtida por cada sociedade. Os gastos suportados pela Sociedade e repercutidos na DL Iberica Equiprent, S.A.U., durante o exercício de 2017, ascenderam a 1.470 milhares de euros (1.950 milhares de euros em 2016), veja-se a nota 25, dos quais 1.005 milhares correspondem a pessoal (1.296 milhares de euros em 2016). O resultado desta repercussão encontra-se contabilizado na epígrafe “Outros produtos de exploração” da Conta de Ganhos e Perdas anexa.

O número médio de empregados da Entidade, distribuído por categorias profissionais, a 31 de dezembro de 2017, foi o seguinte:

	Número de pessoas		
	Homens	Mulheres	Total
Administração	2	1	3
Diretores e Técnicos	1	2	3
Outros pessoal	3	3	6
	16	17	33

O número médio de empregados da Entidade, distribuído por categorias profissionais, a 31 de dezembro de 2016, foi o seguinte:

	Número de pessoas		
	Homens	Mulheres	Total
Administração	2	1	3
Diretores e Técnicos	1	2	3
Outros pessoal	3	7	10
	15	19	34

Na Sociedade não há empregados com incapacidade igual ou superior a 33% (ou classificação local equivalente).

(24) Outros gastos gerais administrativos

A composição deste capítulo da conta de perdas e ganhos, a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	31.12.17	31.12.16
Imóveis, instalações e material	249	348
Informática	284	246
Comunicações	9	16
Prémios de seguros e autosseguros	281	186
Gastos de representação e deslocação do pessoal	118	143
Quotas de associações	12	10
Contribuições e impostos	-	-
Outros	666	704
	<u>1.619</u>	<u>1.653</u>

Uma parte dos gastos gerais de administração foi repercutida na DL Iberica Equiprent, S.A.U., em virtude do acordo de prestação de serviços subscrito com a Sociedade (ver notas 22 e 25).

(25) Operações e Saldos com Partes Vinculadas

A repartição das operações e saldos com entidades do Grupo e outras Sociedades e pessoas físicas vinculadas, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhadamente apresentada no seguinte quadro:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Ativo		
Restantes ativos	-	-
Créditos a empresas do grupo	120	101
Passivos		
Empréstimo Subordinado	4.400	4.400
Créditos de empresas do Grupo	372	144
Outros Passivos	198.446	174.372
Gastos		
Juros curto prazo com o grupo	2.979	3.408
Outros gastos com o grupo	165	-
Rendimentos		
Outros ganhos Sociedades do grupo	1.677	1.950

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

Os custos que a Sociedade suportou, que correspondem à empresa do grupo “DL Iberica Equiprent S.A.U.”, repercutiram-se correspondentemente, com a entrada em 2017 de um montante total de 1.677 milhares de euros (1.950 milhares de euros em 2016). De igual modo, a Sociedade suportou uma repercussão de custos por parte da empresa-mãe, num montante de 165 milhares de euros.

A epígrafe “Crédito de empresas do grupo” tem um saldo de 198.446 milhares de euros (174.372 milhares euros em 2016) que corresponde a empréstimos que tem com a empresa-mãe Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG, DL Funding B.V. e Deutsche Leasing Finance GmbH, que acumularam um total de 2.914 milhares de euros em juros durante o exercício (3.333 milhares de euros em 2016), dos quais 237 milhares de euros estão acumulados e pendentes de liquidação (237 milhares de euros em 2016). Estes créditos incluem um montante de 18.941 milhares de euros resultante do contrato de *cash pooling* que tem em vigor com a entidade do grupo Deutsche Leasing Funding. A Sociedade também tem um empréstimo subordinado de 4.400 milhares de euros (veja-se a nota 12.3), suportando juros de 65 milhares de euros (75 milhares de euros em 2016), dos quais mil euros estão acumulados e pendentes de liquidação (8 milhares de euros em 2016). As taxas de juro máximas e mínimas a que são remuneradas as dívidas com empresas do grupo são de 5,62% e de 0,13%, respetivamente, que são taxas de juro de mercado.

Como “Restantes passivos”, para além dos já referidos, juros gerados mas não liquidados dos diferentes empréstimos concedidos pelas entidades do grupo, existe um montante de 143 milhares de euros, correspondente a saldos pendentes de liquidação com a empresa-mãe (127 milhares de euros em 2016).

O saldo “Créditos a empresas do grupo”, de 82 milhares de euros (101 milhares em 2016), corresponde a diferentes montantes pendentes de liquidação por parte de diferentes empresas do grupo, sendo o saldo de 70 milhares de euros, correspondente a um saldo pendente com a DL Iberica Equiprent, a quantia mais importante (73 milhares de euros em 2016).

(26) Informação relativa ao Conselho de Administração e à Alta Direção

(a) Remunerações e Saldos com Membros do Conselho de Administração e Alta Direção

Todos os Conselheiros são homens. Durante o exercício de 2017, os Administradores da Sociedade não receberam remunerações, nem lhes foram concedidos adiantamentos ou créditos, e não foram assumidas obrigações por conta deles a título de garantia. Além disso, a Sociedade não tem obrigações contraídas em matéria de pensões e de seguros de vida, no que respeita a Administradores antigos ou atuais, nem foram pagos prémios de seguro de responsabilidade civil por danos causados por atos ou omissões durante o exercício do cargo.

As remunerações recebidas pelo pessoal principal da Sociedade são detalhadamente apresentadas no seguinte quadro:

Milhares de Euros	
Número de	Montante
5	773

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

Para efeitos da elaboração das presentes contas anuais, considerou-se como pessoal principal os Diretores Gerais, o Diretor Financeiro, o Diretor de Risco, o Diretor de *New Business Support* e o *Risk & Financial Controller*.

(b) Créditos concedidos e garantias constituídas pela Sociedade a favor dos Conselheiros

Na data de encerramento do exercício não existe nenhum montante por estes conceitos.

(c) Deveres de lealdade dos Administradores

Em conformidade com o estabelecido no artigo 229.º da Lei 31/2014, de 3 de dezembro, que modifica o Texto Reformulado da Lei das Sociedades de Capital para a melhoria do governo corporativo, e com o fim de reforçar a transparência das sociedades anónimas, os conselheiros comunicaram à Sociedade que, durante o exercício de 2017, eles e as suas pessoas vinculadas, de acordo com o definido no artigo 231.º do texto reformulado da Lei das Sociedades de Capital:

- (a) Não realizaram transações com a Sociedade, sem ter em conta as operações ordinárias, realizadas em condições padrão para os clientes e de escassa relevância, entendendo por tais aquelas cuja informação não seja necessária para expressar a imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados da entidade.
- a) Não utilizaram o nome da Sociedade nem invocaram a sua condição de administrador para influenciar indevidamente a realização de operações privadas.
- b) Não utilizaram os ativos sociais, incluindo a informação confidencial da empresa, para fins privados.
- c) Não se aproveitaram das oportunidades de negócio da Sociedade.
- d) Não obtiveram vantagens ou remunerações de terceiros, que não a Sociedade e o seu grupo, associadas ao desempenho do respetivo cargo, exceto se se tratasse de atenções de mera cortesia.

Não desenvolveram atividades por conta própria ou conta de outrem que implicassem uma concorrência efetiva, seja pontual ou potencial, com a Sociedade ou que, de qualquer outra forma, os coloque num conflito permanente com os interesses da Sociedade.

(27) Informação sobre o Ambiente

Os Administradores da Sociedade consideram mínimos, e em todos os casos adequadamente cobertos, os riscos ambientais que podiam derivar da sua atividade e estimam que não surgirão passivos adicionais relacionados com os referidos riscos. A Sociedade não incorreu em gastos, nem recebeu subvenções relativamente aos ditos riscos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

(28) Serviço de Atendimento ao Cliente

A Portaria n.º 734/2004, de 11 de março, do Ministério da Economia, sobre os departamentos e serviços de atendimento ao cliente e o provedor do cliente das atividades financeiras inclui no seu artigo 17, entre outros aspetos, a necessidade de elaborar um relatório das atividades realizadas por estes serviços ao longo do exercício anterior e, igualmente, que um resumo do mesmo seja integrado no relatório anual das entidades.

Durante os exercícios de 2016 e 2017, não se receberam queixas nem se produziu qualquer acontecimento que mereça a pena realçar neste parágrafo.

(29) Honorários de Auditoria

O auditor de contas da Sociedade é a KPMG Auditores, S.L.. O detalhe dos honorários de auditoria líquidos faturados pela KPMG Auditores, S.L. ou por outras entidades afiliadas da KPMG International para os exercícios anuais finalizados a 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, é o seguinte:

	Milhares de euros					
	KPMG Auditores S.L.		Sociedades do Grupo KPMG Europe, LLP		Outras entidades afiliadas da KPMG International	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Por serviços de auditoria	33	33	-	-	-	-
Por outros serviços de verificação contabilística	-	-	-	-	-	-
Por consultoria fiscal	-	-	-	-	-	-
Por outros serviços	-	-	-	-	-	-
	<u>33</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os montantes incluídos no quadro anterior incluem a totalidade dos honorários relativos aos serviços realizados durante os exercícios de 2017 e 2016, independentemente do momento da sua faturação.

(30) Situação Fiscal

Os lucros, determinados segundo a legislação fiscal, estão sujeitos a uma taxa de 30% sobre a base tributável em Espanha, e de 21% em Portugal. Da quota resultante podem ser praticadas determinadas deduções.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

Em seguida é apresentada a conciliação entre o resultado contabilístico antes de impostos obtido pela entidade nos exercícios de 2016 e 2017 e o gasto com o Imposto sobre Sociedades registado nas contas de resultados correspondentes aos referidos exercícios:

	Milhares de euros			
	2017		2016	
	Espanha	Portugal	Espanha	Portugal
Resultado contabilístico do exercício antes de impostos	1.707	214	860	190
Ajuste do resultado à legislação portuguesa	-	9	-	-
Diferenças temporárias	27	-	319	-
Compensação bases tributáveis negativas	(102)	-	(1.000)	-
Base tributável	1.632	223	179	190
Base tributável a 30% (Espanha) 21% (Portugal)	490	47	54	-
Diferença Imposto Sociedades 2016/2015	13	97	(15)	35
Variação Ativos fiscais diferidos	(49)	-	208	-
Gastos com Imposto sobre Sociedades	454	144	247	35

Em seguida inclui-se uma reconciliação entre o resultado contabilístico do exercício de 2017, e o resultado fiscal que a Sociedade espera declarar após a aprovação oportuna das contas anuais, juntamente com os dados de 2016:

	2017		
	Espanha	Portugal	Total
Resultado contabilístico do exercício antes de impostos	1.707	214	1.921
Ajuste do resultado à legislação portuguesa	-	(79)	(79)
Diferenças temporárias	27	786	813
Base Tributável Anterior	1.734	921	2.655
Compensação de bases negativas períodos anteriores	(102)	-	(102)
Base tributável fiscal	1.632	921	2.553
Quota a 30% (Espanha) 21% (Portugal)	490	193	683
Retenções e pagamentos por conta	(253)	(73)	(326)
Deduções e bonificações	-	-	-
Imposto sobre sociedades a pagar	237	120	357

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

	2016		
	Espanha	Portugal	Total
Resultado contabilístico do exercício antes de impostos	1.049	-	1.049
Ajuste do resultado à legislação portuguesa	-	-	-
Diferenças permanentes	(65)	-	(65)
Diferenças temporárias	271	-	271
Base Tributável Anterior	1.255	-	1.255
Compensação de bases negativas períodos anteriores	(1.103)	-	(1.103)
Base tributável fiscal	152	-	152
Quota a 25% (Espanha) 21% (Portugal)	38	-	38
Retenções e pagamentos por conta	-	-	-
Deduções e bonificações	-	-	-
Imposto sobre sociedades a pagar	-	-	-

A Sociedade procedeu, no exercício de 2014, à ativação de um crédito fiscal pelas bases tributáveis negativas pendentes de compensar e pelas diferenças temporárias positivas, num montante de 922 milhares de euros. Com base no montante de bases tributáveis negativas e saldos de diferenças temporárias, a Sociedade ajustou o ativo por crédito fiscal diferido e reduziu-o até 184 milhares de euros. A Sociedade pagou 97 milhares de euros a título de Imposto sobre Sociedades da sucursal em Portugal (35 milhares de euros em 2016).

A 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não tem bases tributáveis negativas pendentes de serem compensadas.

De igual modo, a 31 de dezembro de 2017, a Sociedade tem um saldo de ajuste por diferenças temporárias positivas, cuja composição se apresenta em seguida:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Provisão genérica + Imparidade	482	402
Provisão advogados	10	15
Amortização	10	10
Plano de pensões	113	113
Total	615	540

Segundo estabelece a legislação vigente, os impostos não se podem considerar definitivamente liquidados até que as declarações apresentadas tenham sido inspecionadas pelas autoridades fiscais, ou que tenha decorrido o prazo de prescrição de quatro anos, cinco para o Imposto sobre sociedades. A 31 de dezembro de 2017, a Sociedade tem abertos para inspeção os exercícios referidos. Os Administradores do Grupo não esperam que, em caso de inspeção, surjam passivos adicionais relevantes.

De acordo com a Lei do Imposto sobre Sociedades, se em virtude das normas aplicáveis para a determinação da base tributável, esta for negativa, o seu montante poderá ser compensado para aquele em que a perda teve origem, distribuindo a quantia na proporção considerada conveniente. A compensação realizar-se-á a tempo de formular a declaração do Imposto sobre Sociedades, sem prejuízo das faculdades de comprovação que correspondam às autoridades fiscais.

(31) Políticas e Gestão de Riscos

O Conselho de Administração, através das comissões e unidades de políticas, controlo e gestão de riscos, tutela e supervisiona as políticas contabilísticas e os sistemas e procedimentos de controlo interno em relação a todos os riscos da atividade da Sociedade, bem como a prevenção do branqueamento de capitais, em conformidade com a legislação em vigor. O objetivo é gerir adequadamente os riscos e otimizar a referida gestão através dos ativos, passivos e instrumentos de cobertura.

Para esses efeitos, os riscos de crédito de maior importância são aprovados e revistos periodicamente, e são estabelecidos limites operacionais pertinentes, existindo uma clara segregação de funções entre as unidades de negócio onde o risco é originado e as unidades de acompanhamento e controlo do mesmo.

A DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. coloca uma ênfase especial na identificação, na medição, no controlo e no acompanhamento dos seguintes riscos:

1. Risco de crédito
2. Risco estrutural de juros
3. Risco de liquidez
4. Risco de mercado
5. Risco de derivados
6. Riscos operacionais

Os sistemas de auditoria e controlo interno estendem-se também a outros riscos da atividade do Grupo Deutsche Leasing, tais como riscos legais e fiscais, riscos de fraude e riscos tecnológicos.

(a) Gestão do risco estrutural

A política da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. em matéria de controlo dos riscos de juros e de liquidez tem por objeto gerir o impacto da evolução das taxas de juro no Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas.

O Comité de Ativos e Passivos constitui o órgão diretamente responsável pela gestão dos riscos globais de taxas de juro, divisa e liquidez. Este Comité adota as estratégias de investimento ou cobertura mais adequadas para mitigar o impacto da alteração das taxas de juro, bem como das políticas de financiamento.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

- Risco estrutural de taxa de juro

O risco de juro estrutural é o definido como a exposição da Sociedade a alterações das taxas de juro de mercado, derivada da diferente estrutura temporal de vencimentos e reavaliações das rubricas cobertas de ativo e passivo do Balanço.

Para a gestão, a medição e o controlo integral dos riscos de juros utiliza-se a metodologia denominada “gap de reavaliação”. O modelo consiste num plano de riscos de juros baseado na assunção de determinadas hipóteses de trabalho, que facilita a informação sobre o grau de exposição ao risco da Sociedade perante a evolução das taxas de juro. Para o efeito, o Balanço da Sociedade divide-se em vários ramos, estruturados por prazos de renovação de taxas de juro.

A situação da matriz de riscos de juros para os empréstimos a taxa de juro variável, a 31 de dezembro de 2017, é a seguinte:

	Milhares de euros					
	À vista	Até um mês	Mais de um mês, até três meses	Mais de três meses, até seis meses	Mais de seis meses, até um ano	Total
Ativo						
Investimentos de crédito	-	3.257	14.880	1.841	1.516	21.494
Passivo						
Total passivos financeiros	-	11.106	9.746	642	-	21.494
Gap total por taxa de juro	-	(7.849)	5.134	1.199	1.516	-

A 31 de dezembro de 2016:

	Milhares de euros					
	À vista	Até um mês	Mais de um mês, até três meses	Mais de três meses, até seis meses	Mais de seis meses, até um ano	Total
Ativo						
Investimentos de crédito	-	4.579	12.728	1.372	7.708	26.387
Passivo						
Total passivos financeiros	-	18.517	7.115	755	-	26.387
Gap total por taxa de juro	-	(13.938)	5.613	617	7.708	-

Adicionalmente, utilizam-se ferramentas de simulação que permitem calcular a sensibilidade da margem de intermediação perante cenários distintos de taxas de juro e alterações na inclinação da curva, bem como a sensibilidade do valor económico perante as alterações das taxas de juro, o que permite determinar que não existe um impacto negativo importante.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

• Risco de liquidez

Em relação ao risco de liquidez, a Sociedade realiza uma gestão coordenada dos ativos e passivos do seu balanço.

A classificação dos ativos e passivos, a 31 de dezembro de 2017, por prazos de vencimento contratual ou, consoante o caso, por prazos esperados de realização ou liquidação, é a seguinte:

	Milhares de euros								
	Venciment o			Mais de um	Mais de três	Mais de seis	Mais de um		
	Sem impa- ridade	À vista	Até um mês	mês até três meses	meses até seis meses	meses até um ano	ano até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<u>Ativo</u>									
Depósito em bancos centrais e entidades de crédito	-	587	-	-	-	-	-	-	587
Créditos a clientes	-	2.722	4.884	9.513	16.590	33.181	125.797	37.466	230.153
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	31	-	31
Total ativos financeiros	-	3.309	4.884	9.513	16.590	33.181	125.828	37.466	230.771
<u>Passivo</u>									
Passivo subordinado	-	-	-	-	-	-	-	4.400	4.400
Depósitos de clientes	18.941	377	3.758	7.516	13.751	27.500	110.607	16.076	198.526
Outros passivos financeiros	-	-	4.126	-	-	-	-	-	4.126
Total passivos financeiros	18.941	377	7.884	7.516	13.751	27.500	110.607	20.476	207.052
Gap total por taxa de liquidez	(18.941)	2.932	(3.000)	1.997	2.839	5.681	15.221	16.990	23.719

A 31 de dezembro de 2016:

	Milhares de euros								
	Venciment o Sem impa- ridade	À vista	Até um mês	Mais de um mês até três meses	Mais de três meses até seis meses	Mais de seis meses até um ano	Mais de um ano até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<u>Ativo</u>									
Depósito em bancos centrais e entidades de crédito	-	532	-	-	-	-	-	-	532
Créditos a clientes	-	2.516	3.424	6.896	22.210	19.742	106.268	45.528	206.584
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	38	-	38
Total ativos financeiros	-	3.048	3.424	6.896	22.210	19.742	106.306	45.528	207.154
<u>Passivo</u>									
Passivo subordinado	-	-	-	-	-	-	-	4.400	4.400
Depósitos de clientes	-	146	3.049	6.479	21.055	15.473	106.418	22.006	174.626
Outros passivos financeiros	-	-	5.758	-	-	113	26	-	5.897
Total passivos financeiros	-	146	8.807	6.479	21.055	15.586	106.444	26.406	184.923
Gap total por taxa de liquidez	-	2.902	(5.383)	417	1.155	4.156	(138)	19.122	22.231

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

As ferramentas utilizadas para o controlo do risco de liquidez são o “gap de liquidez” e o relatório de situação no mercado interbancário.

Apesar do gap negativo teórico dos prazos “até um mês”, a sociedade tem a segurança de que estes passivos vão poder ser renovados sem maiores dificuldades, não existindo portanto nenhuma tensão de liquidez real.

(b) Atividade de tesouraria

A Divisão de Tesouraria, além de prestar os seus serviços para a gestão global dos riscos de juro e de liquidez, atua nos mercados com o objetivo de aproveitar as oportunidades de negócio que se apresentem.

No exercício destas funções utilizam-se ou utilizar-se-ão todos os instrumentos financeiros disponíveis, incluindo derivados sobre taxas de juro. Estabelecem-se também limites específicos por risco de crédito e de contrapartida, bem como os mercados autorizados para atuar.

O critério de fixação de limites ajusta-se a critérios de delegação; a informação correspondente encontra-se à disposição dos órgãos de controlo nas bases de dados internas existentes para estes efeitos.

(c) Medição do risco de mercado

Para a medição do risco de mercado de taxas de juro utiliza-se a metodologia que em cada caso e segundo o contexto se considere mais oportuna.

(d) Risco de crédito

- Organização em função do risco de crédito

(a) A estratégia seguida pela DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. em matéria de riscos é delineada pelo Conselho de Administração, que além disso fixa os limites de competências do Departamento de Riscos tanto a nível local como a nível de grupo. A referida estratégia materializa-se em políticas de riscos, implementadas pelo Departamento de Riscos através de diferentes ferramentas e procedimentos.

(b) O Conselho de Administração, além de aprovar as políticas de risco para os diferentes negócios da Sociedade, fixa os limites das competências delegadas, sanciona as operações que por montante não entrem no capítulo anterior, realiza periodicamente o controlo e acompanhamento dos riscos e da sua exposição, tanto dos clientes mais importantes como dos setores mais representativos, supervisiona o cumprimento dos objetivos de riscos e o funcionamento das ferramentas e modelos de gestão e, em geral, é informado e decide sobre os assuntos relevantes em matéria de risco de crédito.

(c) O Departamento de Riscos da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C.,

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

S.A.U. está englobado na Direção-Geral de Administração, o que garante a sua independência das unidades de negócio, e está estruturado de forma a responder às diferentes áreas e segmentos de clientes, realizando desde a aprovação das operações ao posterior controlo e acompanhamento das mesmas e, se for caso disso, a cobrança de posições morosas. Existe também uma função de controlo de riscos, que supervisiona de forma independente operações que ultrapassam um determinado limite e que dá assessoria a nível geral quanto aos potenciais riscos em que a entidade possa incorrer. A sua principal função é o desenvolvimento, melhoria, controlo e acompanhamento dos novos modelos internos de quantificação do risco e a implementação destes modelos na gestão global de riscos da Sociedade, procurando otimizar a relação rentabilidade/risco para os diferentes negócios.

- d) A DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. requer normalmente na sua política de assunção de riscos a figura do fiador, quer seja pessoa singular ou coletiva. Não obstante, estas garantias não cumprem os requisitos necessários para serem consideradas como uma técnica de mitigação do risco, de modo que não é necessária a revisão da sua eficácia.
- e) A estratégia de negócio da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. implica um importante risco de concentração individual que foi adequadamente analisado e foram estabelecidos os mecanismos de controlo e as ferramentas necessárias para eliminá-lo mediante a receção de depósitos em numerário, afetos ao risco de crédito das operações que garantem, de uma entidade do grupo “Deutsche Leasing Finance GmbH”.

(e) Qualidade de crédito

A boa qualidade de crédito da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U., os recursos próprios adequados e o nível das suas provisões constituem uma grande vantagem competitiva e permitem à Sociedade enfrentar no futuro um progressivo crescimento do investimento com a segurança de que continuará a gerar valor de forma sustentada no tempo.

As linhas básicas de atuação da gestão do risco, no DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U., durante o exercício de 2016, foram as seguintes:

1. Qualidade de serviço aos clientes, dando uma resposta rápida e adequada às suas necessidades.
2. Utilização de modelos internos de quantificação do risco de crédito que permitam conseguir a otimização da relação entre a rentabilidade e o risco e superando os antigos modelos baseados na análise discriminante.

A DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. estabeleceu diferentes categorias de risco de crédito, com a finalidade de dotar cada uma delas de sistemas de classificação ou rating específicos.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

(f) Modelos internos de quantificação do risco

Os modelos de classificação interna ou rating proporcionam, para cada categoria, uma pontuação ou nota do nível de risco que a Sociedade assume com cada cliente. Cada uma das notas está associada a uma determinada probabilidade de incumprimento de pagamento (atraso no pagamento da dívida superior a 90 dias), de forma que, quanto menor a nota ou rating, menor probabilidade de incumprimento de pagamento.

A carteira de riscos de crédito encontra-se adequadamente diversificada por setores. É preciso destacar a ausência de riscos em países terceiros fora da União Europeia na DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U.

(g) Controlo e acompanhamento do risco

A qualidade “sob vigilância” originada por clientes com dívida a terceiros, morosidade recente na Sociedade ou acompanhamento especial desenvolveu-se de forma satisfatória.

A Sociedade implementou durante o exercício de 2013, para além do nível de atribuições já estabelecido pelas políticas de gestão do risco gerais, uma unidade de aprovação específica para operações classificadas de acompanhamento especial. As operações de refinanciamento e as reestruturações estão submetidas à gestão e aprovação por um departamento e por órgãos de decisão diferentes daqueles dos clientes classificados como crédito normal, e especializados nestes tipos de casos. O acompanhamento deste tipo de operações de refinanciamentos e reestruturações é contínuo, como parte das funções da gestão do risco da Sociedade.

É preciso destacar que a Sociedade dispõe de uma função de Conformidade, que realiza um acompanhamento e controlo de todo o tipo de novidades regulamentares, e que permite avaliar o impacto das mesmas e dar assessoria em relação à sua correta implementação. O cumprimento da regulamentação do Banco de Espanha, bem como das medidas para a prevenção de Branqueamento de Capitais, compreendem as principais áreas de atuação da função de Conformidade. Em referência às medidas de prevenção de Branqueamento de Capitais, a Sociedade tem um comité constituído que se reúne trimestralmente, no qual são tratados os temas mais importantes relacionados com o branqueamento de capitais. Para além do mencionado, a Sociedade tem articulados sistemas de avaliação de competência e idoneidade dos cargos de direção e de controlo, tal como é exigido no Decreto Real 256/2013.

É importante referir que a Sociedade, além de dispor de diferentes funções de controlo interno e auditoria interna, é objeto de diversas auditorias externas, destacando-se principalmente as realizadas nos âmbitos financeiro, de branqueamento de capitais e da Lei de proteção de dados.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

A classificação dos saldos vigentes de refinanciamentos e reestruturações, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

2017												
Milhares de Euros												
Normal						Subpadrão						
Garantia hipotecária imobiliária plena		Restantes garantias reais		Sem garantia real		Garantia hipotecária imobiliária plena		Restantes garantias reais		Sem garantia real		Cobertura Específica
N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto	
1. Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Restantes pessoas coletivas e empresários individuais	-	-	-	-	-	2	10.276	-	-	-	-	181
Dos quais: Financiamento para a construção e promoção imobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Restantes pessoas singulares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Total	-	-	-	-	-	2	10.276	-	-	-	-	181

2017									
Duvidoso						Total			
Garantia hipotecária imobiliária plena		Restantes garantias reais		Sem garantia real		Cobertura específica			
N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto		N.º Oper.	Montant e Bruto	Cobertura específica
1. Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Restantes pessoas coletivas e empresários individuais	-	-	-	-	-	-	2	10.276	181
Dos quais: Financiamento para a construção e promoção imobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Restantes pessoas singulares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Total	-	-	-	-	-	-	2	10.276	181

A quantidade de operações reestruturadas e/ou refinanciadas diminuiu significativamente devido, principalmente, à melhoria do índice de morosidade da carteira de clientes e a uma gestão ativa dos clientes com dificuldades, por parte da entidade. As operações reestruturadas e/ou refinanciadas dos últimos anos foram vencendo paulatinamente e as novas reestruturações e/ou refinanciamentos corresponderam a um pequeno número de operações.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

2016												
Milhares de Euros												
Normal						Subpadrão						
Garantia hipotecária imobiliária plena		Restantes garantias reais		Sem garantia real		Garantia hipotecária imobiliária plena		Restantes garantias reais		Sem garantia real		Cobertura Específica
N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto	N.º Oper.	Montant e Bruto	
1. Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Restantes pessoas coletivas e empresários individuais	-	-	-	-	-	3	10.705	-	-	-	-	194
Dos quais: Financiamento para a construção e promoção imobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Restantes pessoas singulares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Total	-	-	-	-	-	3	10.705	-	-	-	-	194

2016									
Duvidoso						Total			
Garantia hipotecária imobiliária plena		Restantes garantias reais		Sem garantia real		Cobertura específica			
N.º Oper.	Montante Bruto	N.º Oper.	Montante Bruto	N.º Oper.	Montante Bruto		N.º Oper.	Montante e Bruto	Cobertura específica
1. Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Restantes pessoas coletivas e empresários individuais	-	-	-	-	-	-	3	10.705	194
Dos quais: Financiamento para a construção e promoção imobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Restantes pessoas singulares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Total	-	-	-	-	-	-	3	10.705	194

A classificação segundo contrapartidas e finalidade do montante das operações que, posteriormente ao refinanciamento ou reestruturação, foram classificadas como duvidosas no último exercício é a seguinte:

Milhares de euros	
Montante Bruto	
2017	2016
1. Administrações públicas	-
2. Restantes pessoas coletivas e empresários individuais	-
Dos quais: Financiamento para a construção e promoção imobiliária	-
3. Restantes pessoas singulares	-
4. Total	-

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

(h) Matriz de concentração de riscos

A distribuição do crédito a clientes por atividade, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é apresentada em seguida:

2017							
Milhares de euros							
	Total	Dos quais: Garantia imobiliária	Dos quais: Restantes garantias reais	Crédito com garantia real. <i>Loan to value</i>			
				Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%
1. Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-
2. Outras instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-
3. Sociedades não financeiras e empresários individuais	228.023	10.358	-	263	-	-	10.095
3.1 Construção e promoção imobiliária	226	-	-	-	-	-	-
3.2 Construção civil	31.203	-	-	-	-	-	-
3.3 Restantes finalidades	196.594	10.358	-	263	-	-	10.095
3.3.1 Grandes empresas	46.336	-	-	-	-	-	-
3.3.2 PME e empresários individuais	150.258	10.358	-	263	-	-	10.095
4. Restantes famílias e ISFLSF	47	-	-	-	-	-	-
4.1 Habitações	-	-	-	-	-	-	-
4.2 Consumo	-	-	-	-	-	-	-
4.3 Outros fins	47	-	-	-	-	-	-
5. Correções de valor por imparidade de ativos não imputadas a operações concretas	(3.556)						
Total	224.514						
Pro Memoria: Operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas	10.095	10.095	-	-	-	-	-

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

2016							
Milhares de euros							
Total	Dos quais: Garantia imobiliária	Dos quais: Restantes garantias reais	Crédito com garantia real. <i>Loan to value</i>				
			Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%	Superior a 100%
1. Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-
2. Outras instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-
3. Sociedades não financeiras e empresários individuais	204.255	11.080	-	376	-	-	10.705
3.1 Construção e promoção imobiliária	295	-	-	-	-	-	-
3.2 Construção civil	23.587	-	-	-	-	-	-
3.3 Restantes finalidades	180.373	11.080	-	376	-	-	10.705
3.3.1 Grandes empresas	52.086	-	-	-	-	-	-
3.3.2 PME e empresários individuais	128.287	11.080	-	376	-	-	10.705
4. Restantes famílias e ISFLSF	44	-	-	-	-	-	-
4.1 Habitações	-	-	-	-	-	-	-
4.2 Consumo	-	-	-	-	-	-	-
4.3 Outros fins	44	-	-	-	-	-	-
5. Correções de valor por imparidade de ativos não imputadas a operações concretas	(2.969)	-	-	-	-	-	-
Total	<u>201.330</u>	-	-	-	-	-	-
Pro Memoria: Operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas	10.705	10.705	-	-	-	-	-

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

A repartição das concentrações de risco dos distintos instrumentos financeiros, por atividade e área geográfica, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

	2017				
	Milhares de Euros				
	Total	Espanha	Restante União Europeia	América	Resto do mundo
1. Entidades de crédito	586	299	287	-	-
2. Administrações públicas	-	-	-	-	-
2.1 Administração central	-	-	-	-	-
2.2 Restante	-	-	-	-	-
3. Outras instituições financeiras	-	-	-	-	-
4. Sociedades não financeiras e empresários individuais	234.109	151.609	82.500	-	-
4.1 Construção e promoção imobiliária	226	226	-	-	-
4.2 Construção civil	31.203	14.246	16.957	-	-
4.3 Restantes finalidades	202.680	137.137	65.543	-	-
4.3.1 Grandes empresas	46.336	24.911	21.425	-	-
4.3.2 PME e empresários individuais	156.344	112.226	44.118	-	-
5. Restantes famílias e ISFLSF	47	47	-	-	-
5.1 Habitações	-	-	-	-	-
5.2 Consumo	47	47	-	-	-
5.3 Outros fins	-	-	-	-	-
6. Correções de valor por imparidade de ativos não imputadas a operações concretas	(2.969)				
7.Total	215.518				

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

2016

Milhares de Euros

	Total	Espanha	Restante União Europeia	América	Resto do mundo
1. Entidades de crédito	532	469	63	-	-
2. Administrações públicas	-	-	-	-	-
2.1 Administração central	-	-	-	-	-
2.2 Restante	-	-	-	-	-
3. Outras instituições financeiras	-	-	-	-	-
4. Sociedades não financeiras e empresários individuais	217.911	145.308	72.603	-	-
4.1 Construção e promoção imobiliária	295	295	-	-	-
4.2 Construção civil	23.587	11.493	12.094	-	-
4.3 Restantes finalidades	194.029	133.520	60.509	-	-
4.3.1 Grandes empresas	52.086	27.382	24.704	-	-
4.3.2 PME e empresários individuais	141.943	106.138	35.805	-	-
5. Restantes famílias e ISFLSF	44	44	-	-	-
5.1 Habitações	-	-	-	-	-
5.2 Consumo	44	44	-	-	-
5.3 Outros fins	-	-	-	-	-
6. Correções de valor por imparidade de ativos não imputadas a operações concretas	(2.969)				
7.Total	215.518				

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

A repartição das concentrações de riscos dos diferentes instrumentos financeiros, localizados exclusivamente em Espanha, classificados por atividade e comunidade autónoma, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é apresentada de seguida:

[illegible]

[illegible]

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

2016

[illegible]

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

2016									
Milhares de Euros									
	Estremadura	Galiza	Madrid	Múrcia	Navarra	Comunidad e Valenciana	País Basco	Rioja	Ceuta e Melilha
1. Entidades de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1 Administração central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Restante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Sociedades não financeiras e empresários individuais	588	3.169	8.066	2.512	428	20.355	6.668	2.943	-
4.1 Construção e promoção imobiliária	-	-	-	78	-	-	-	-	-
4.2 Construção civil	-	-	1.439	130	-	2.241	-	-	-
4.3 Restantes finalidades	588	3.169	6.627	2.304	428	18.114	6.668	2.943	-
4.3.1 Grandes empresas	-	-	1.521	1.154	-	-	494	1.174	-
4.3.2 PME e empresários individuais	588	3.169	5.106	1.150	428	18.114	6.174	1.769	-
5. Restantes famílias e ISFLSF	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5.1 Habitações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5.2 Consumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5.3 Outros fins	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Correções de valor por imparidade de ativos não imputadas a operações concretas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7.Total									

A repartição das concentrações de riscos dos distintos instrumentos financeiros, por zonas geográficas, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é apresentada de seguida:

2017				
	Caixa e depósitos em Bancos Centrais	Depósitos em Entidades de Crédito	Créditos a Clientes	Total
Espanha	-	299	144.227	144.526
Portugal	-	287	80.287	80.287
Total	-	586	224.514	225.100
2016				
	Caixa e depósitos em Bancos Centrais	Depósitos em Entidades de Crédito	Créditos a Clientes	Total
Espanha	-	469	135.757	136.226
Portugal	-	63	65.573	65.636
Total	-	532	201.330	201.862

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Contas Anuais

(32) Acontecimentos Posteriores

Não se registaram acontecimentos relevantes depois de 31 de dezembro de 2017.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Relatório de gestão

Os principais riscos que a Sociedade enfrenta são de mercado, crédito, liquidez, taxa de juro e operacionais. O Conselho de Administração, através das comissões e unidades de políticas, controlo e gestão de riscos, tutela e supervisiona as políticas contabilísticas e os sistemas e procedimentos de controlo interno em relação a todos os riscos da atividade da Sociedade, bem como à prevenção do branqueamento de capitais, em conformidade com a legislação em vigor. Para esses efeitos, os riscos de crédito de maior importância são aprovados e revistos periodicamente, e são estabelecidos limites operacionais pertinentes, existindo uma clara segregação de funções entre as unidades de negócio onde o risco é originado e as unidades de acompanhamento e controlo do mesmo.

O risco de crédito é tutelado e dirigido na íntegra pelo Departamento de riscos, fixando-se as competências delegadas que se considerem oportunas em cada caso. Este departamento revê periodicamente as operações, estando coordenado com o departamento de cobranças. A Sociedade dispõe das garantias adequadas para cobrir o seu risco de crédito e, em todos os casos, tenta manter o risco com cada cliente abaixo do valor de mercado dos ativos cedidos em locação financeira. A qualidade de crédito das operações firmadas durante o exercício é boa e o índice de morosidade foi diminuído. É importante destacar que ao considerar o justo valor dos bens locados, bem como o montante de garantias de diferente índole das quais a Sociedade é beneficiária, o nível de provisões seria consideravelmente inferior. Também é importante destacar que não existem riscos significativos em países terceiros por operar, por enquanto, em território espanhol e português.

Quanto às taxas de juro de mercado, o principal risco é a diferente estrutura temporal de vencimentos e a revisão das rubricas de ativo e passivo do Balanço. À data de encerramento do exercício considera-se que não existe um risco significativo de taxa de juro, uma vez que as operações realizadas a taxa de juro fixa foram financiadas através de fundos próprios ou com depósitos a taxa fixa, enquanto para as restantes operações a taxa variável foram calculados diferentes cenários de evolução das taxas, considerando-se que o risco é moderado.

À data de encerramento do exercício o risco de liquidez não é significativo, visto que a Sociedade dispõe de acesso a um grande leque de bancos de primeira ordem com os quais o grupo trabalha.

Para cobrir os riscos operacionais, foram realizados planos de emergência e auditorias informáticas com o objetivo de assegurar os ativos da Sociedade e as bases de dados de informação de que a Sociedade dispõe. Existe também um comité de controlo informático que selecionou e implementou em 2013 uma nova ferramenta informática para melhorar a gestão do negócio. Durante o exercício de 2017, trabalhou-se em atualizações contínuas do sistema, que implicam melhorias importantes, com base na experiência adquirida durante os 4 anos da sua utilização, e com o objetivo de ser utilizado como ferramenta de gestão em todas as entidades internacionais do grupo Deutsche Leasing. A Sociedade realiza reuniões periódicas, nas quais é analisada a situação e evolução previsível do mercado, prestando especial atenção à evolução das taxas de juro e à situação dos setores económicos em que a Sociedade tem uma presença destacada.

Não existe risco de taxa de câmbio, visto que a única operação concedida em dólares se encontra financiada com um empréstimo na mesma divisa.

Durante o exercício de 2017, a Sociedade não realizou atividades de investigação e desenvolvimento, nem adquiriu ou vendeu ações próprias.

Não há nenhuma questão em termos ambientais que afete a Sociedade, não existindo, portanto,

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U.
(Sociedade Unipessoal)

Relatório de Gestão

riscos relacionados com o ambiente nem com a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Também é importante indicar que o período médio de pagamento a fornecedores efetuado durante o exercício de 2017 foi de 6,83 dias.

Finalmente, é de assinalar que, depois do encerramento do balanço da Sociedade, não se produziu nenhum acontecimento que afete a Sociedade de forma significativa.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U.

(Sociedade Unipessoal)

Ao abrigo do artigo 253 do Decreto Legislativo Real n.º 1/2010, de 2 de julho, que aprova o texto reformulado da Lei das Sociedades de Capital, os abaixo assinados, integrantes do Conselho de Administração da Deutsche Leasing Iberica E.F.C., S.A. (Sociedade Unipessoal), subscrevem o conteúdo integral das Contas Anuais e do Relatório de Gestão, correspondentes ao exercício de 2017, apresentados em 61 folhas, incluindo a presente, numeradas de 1 a 61, ambas inclusive, e que foram formuladas pela Sociedade na sua sessão celebrada no dia 27 de março de 2018, tendo sido assinadas por todos os administradores, como prova de conformidade e aceitação.

Em Bad Homburg v.d. Hoehe, a 27 de março de 2018.

RAINER WEIS

na qualidade de Presidente

NORBERT SCHMIDT

na qualidade de Vice-Presidente

BERND SCHRÖCK

na qualidade de Conselheiro



KPMG Auditores, S.L.

Torre Realia
Plaça d'Europa, 41-43
08908 L'Hospitalet de Llobregat
(Barcelona)

Relatório de auditoria das contas anuais emitido por um auditor independente

Ao único acionista da Deutsche Leasing Ibérica, EFC, S.A. (Sociedade Unipessoal)

Parecer

Auditámos as contas anuais da Deutsche Leasing Ibérica, EFC, S.A. (Sociedade Unipessoal) (a «Sociedade»), que compreendem o balanço a 31 de dezembro de 2017, a conta de perdas e ganhos, a demonstração de alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o relatório correspondente ao exercício terminado na data referida.

Na nossa opinião, as contas anuais anexas expressam, em todos os aspetos significativos, a imagem fiel do património e da situação financeira da Sociedade a 31 de dezembro de 2017, assim como dos seus resultados e fluxos de caixa correspondentes ao exercício terminado na data referida, em conformidade com o quadro normativo de informação financeira aplicável (que se identifica na nota 2 do relatório) e, em particular, com os princípios e critérios contabilísticos contidos no mesmo.

Fundamentação do parecer

Levámos a cabo a nossa auditoria em conformidade com a regulamentação reguladora da atividade de auditoria de contas vigente em Espanha. A nossa responsabilidade, de acordo com a referida regulamentação, é descrita mais adiante, na secção «Responsabilidade do auditor em relação à auditoria das contas anuais» do nosso relatório.

Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos de ética, incluindo os de independência, que são aplicáveis à nossa auditoria das contas anuais em Espanha, nos termos da regulamentação reguladora da atividade de auditoria de contas. Neste sentido, não prestámos outros serviços que não a referida auditoria das contas nem ocorreram situações ou circunstâncias que, de acordo com o estabelecido na referida regulamentação reguladora, afetassem a necessária independência de forma que esta ficasse ficado comprometida.

Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos proporciona uma base suficiente e adequada para a formulação do nosso parecer.

Matérias mais relevantes da auditoria

As matérias mais relevantes da auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, foram consideradas como os riscos de incorreção material mais significativos na nossa auditoria das contas anuais do exercício. Estes riscos foram considerados no contexto da nossa auditoria das contas anuais como um todo, e na elaboração do nosso parecer, e não emitimos um parecer separado sobre esses riscos.



Imparidades em participações financeiras de curto e longo prazo (ver as notas 4, alínea e), e 11)

As participações financeiras correspondem, principalmente, a créditos a terceiros para operações de locação financeira, para as quais a Sociedade estima imparidades relacionadas com o risco de crédito individualizado. As estimativas destas provisões levam em conta as estimativas previsíveis da evolução futura dos negócios e as estimativas do valor de mercado das garantias das operações de crédito. Em consequência dos fatores de julgamento e da complexidade existentes, considerámos que existe um risco significativo no processo de estimativa das provisões por imparidades no valor da carteira de créditos a terceiros.

O nosso enfoque na auditoria incluiu tanto o teste aos controlos relevantes vinculados aos processos de estimativa das imparidades na carteira de crédito, como a realização de procedimentos substantivos sobre a mesma.

Os nossos procedimentos relativos à avaliação e análise do ambiente de controlo centraram-se na compreensão das políticas e da gestão do risco de crédito levadas a cabo pela Sociedade, e no teste da sua conceção e implementação, bem como da eficácia dos controlos relevantes dos processos de concessão e acompanhamento das operações.

Os nossos procedimentos substantivos relacionados com a estimativa das imparidades da carteira de créditos consistiram, fundamentalmente, na seleção de uma amostra de população com riscos significativos e na avaliação da adequação da provisão inscrita para os beneficiários de crédito selecionados, considerando a informação económica e financeira existente sobre o beneficiário do crédito e a valorização das garantias disponíveis.

Outra informação: Relatório de gestão

Esta informação compreende exclusivamente o relatório de gestão do exercício de 2017, cuja elaboração é da exclusiva responsabilidade dos Administradores da Deutsche Leasing Ibérica, EFC, S.A. (Sociedade Unipessoal) e não constitui parte integrante das contas anuais.

O nosso parecer de auditoria sobre as contas anuais não abrange o relatório de gestão. A nossa responsabilidade sobre o relatório de gestão, em conformidade com o exigido pela regulamentação reguladora da atividade de auditoria de contas, consiste em avaliar e informar sobre a concordância do relatório de gestão com as contas anuais, a partir do conhecimento da entidade obtido através da realização da auditoria das referidas contas, sem incluir informação distinta da obtida como prova durante a realização da mesma. De igual modo, a nossa responsabilidade consiste em avaliar e informar se o conteúdo e a apresentação do relatório de gestão são conformes com a regulamentação aplicável. Se, com base no trabalho que efetuámos, concluirmos que existem incorreções materiais, somos obrigados a comunicá-las.

Com base no trabalho efetuado, de acordo com o descrito no parágrafo anterior, a informação constante do relatório de gestão está em conformidade com a informação das contas anuais do exercício de 2017, e o seu conteúdo e a sua apresentação são conformes com a regulamentação aplicável.

Responsabilidade dos Administradores em relação às contas anuais

Os administradores são responsáveis por formular as contas anuais anexas de forma que expressem a imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade, em conformidade com o enquadramento normativo de informação financeira aplicável à entidade em Espanha, e do controlo interno que considerem necessário para permitir a preparação de contas anuais livres de incorreção material, devida a fraude ou erro.



Na preparação das contas anuais, os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade da Sociedade para manter a continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relacionadas com a continuidade e utilizando o princípio contabilístico da continuidade, exceto no caso em que os administradores tenham intenção de liquidar a Sociedade ou de cessar as suas operações, ou caso não exista outra alternativa realista.

Responsabilidade do auditor em relação à auditoria das contas anuais

O nosso objetivo consiste em obter uma segurança razoável de que as contas anuais como um todo estão livres de incorreção material devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste o nosso parecer. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com a regulamentação reguladora da atividade de auditoria vigente em Espanha detetará sempre uma incorreção material, quando esta exista. As incorreções podem ter origem em fraude ou erro, e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas contas anuais.

Como parte de uma auditoria em conformidade com a regulamentação reguladora da atividade de auditoria de contas em Espanha, aplicamos o nosso julgamento profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional durante toda a auditoria. De igual forma:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incorreção material nas contas anuais, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para o nosso parecer. O risco de não detetar uma incorreção material devida a fraude é mais elevado do que no caso de uma incorreção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações intencionalmente erróneas ou evasão ao controlo interno.
- Obtemos a compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para emitir um parecer sobre a eficácia do controlo interno da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelos administradores, do princípio contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as divulgações relacionadas incluídas nas contas anuais ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, devemos emitir um parecer modificado. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a Sociedade a descontinuar as suas atividades.
- Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das contas anuais, incluindo as divulgações, e se as contas anuais representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma expressão fiel.



Comunicamos com os administradores da entidade em relação, entre outros assuntos, ao âmbito e ao calendário planeado da auditoria, e às conclusões significativas da auditoria, bem como a qualquer deficiência significativa do controlo interno identificada durante a auditoria.

Dos riscos significativos comunicados aos administradores da Deutsche Leasing Ibérica, EFC, S.A. (Sociedade Unipessoal), determinamos os que foram mais importantes na auditoria das contas anuais e que são, consequentemente, os riscos considerados mais significativos.

Descrevemos esses riscos no nosso relatório de auditoria, exceto nos casos em que as disposições legais ou regulamentares proíbem a sua divulgação pública.

KPMG Auditores, S.L.
Inscrito en el R.O.A.C. nº S0702

Francesc Gibert Pibernat
Inscrito en el R.O.A.C. nº 15.586

26 de abril de 2018

**Col·legi de Censors
Jurats de Comptes de
Catalunya**

KPMG
2018 Núm. 20/18/07048

IMPORT COLLEGIAL: 96,00 EUR

Relatório de auditoria de contas sujeito
à regulamentação relativa à auditoria de contas
espanhola ou internacional